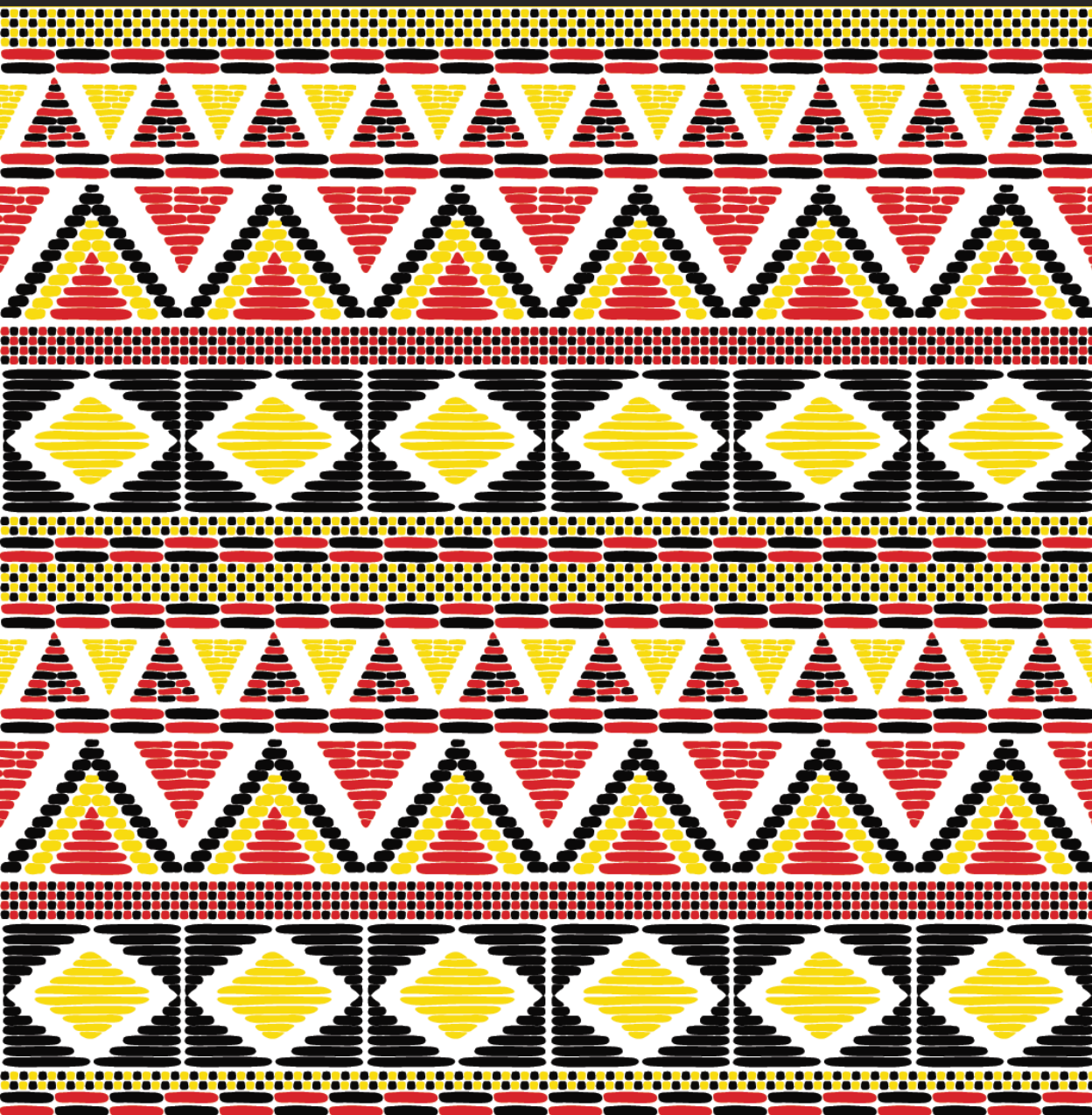




Revisão Nacional de Exportações Verdes de Angola
Madeira, Peixe e Café
Estudo-Base

ANGOLA



Revisão Nacional de Exportações Verdes de Angola

Estudo-Base

Trainfor**Trade II**

EU-UNCTAD joint Programme for **Angola**



NOTA

O material contido nesta publicação pode ser livremente citado ou reimpresso, mas a confirmação de uso é solicitada, juntamente com uma referência ao número do documento. Uma cópia da publicação contendo a citação ou reimpressão deve ser enviada ao Secretariado da UNCTAD, em: Palais de Nations, 1211, Genebra 10, Suíça.

As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer posição por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, área da cidade ou suas autoridades, ou sobre as delimitações de suas fronteiras, e limites, ou em relação ao seu sistema econômico ou grau de desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Este relatório é um produto do Programa Conjunto UE-UNCTAD para Angola: Train for Trade II com suporte da União Europeia. O Dr. Alessandro Sanches-Pereira, do Grupo de Pesquisa em Bioenergia (GBio) da Universidade de São Paulo (USP), preparou este relatório sob a orientação de Henrique Pacini e supervisão de Lucas Assunção, do secretariado da UNCTAD. Malick Kane, Robert Hamwey, Riddhima Yadav, Tamara Gregol e Laina Maia, da UNCTAD, forneceram revisões e contribuições adicionais. Carolina Pavese da PUC-MG contribuiu para a tradução para o português e revisão técnica. Projeto gráfico de figuras NGER realizado por Nathalie Bouchek Cartolano e Lucas da Cunha Elias. Estrutura do relatório e capa realizadas por Rafe Dent.

Shamika N. Sirimanne
Oficial encarregada
Divisão de Comércio Internacional
de Bens, Serviços e Commodities (DITC)

UNCTAD/DITC/TED/2017/8

UNITED NATIONS PUBLICATION

Copyright © United Nations, 2017

ÍNDICE

NotA.....	ii
agradecimentos.....	ii
lista de tabelas	v
Lista de figuras	vi
Acrônimos	vii
Introdução	9
I. Exportações verdes: oportunidades e benefícios para a república de Angola	11
A. Transição para uma economia mais sustentável e resiliente através do comércio	11
B. Sectores verdes: seus produtos e serviços em uma economia nacional	13
C. Visão-Geral do processo de Revisão Nacional de Exportações Verdes da UNCTAD	16
D. O processo da Revisão Nacional de Exportações Verdes na República de Angola	18
II. políticas públicas em Angola	23
A. Políticas Ambientais	23
B. Políticas para o Desenvolvimento	25
C. Políticas de Comércio	29
D. Políticas de certificação e normalização	33
<i>Produção Agrícola Orgânica Certificada em Angola</i>	<i>33</i>
<i>Medidas Sanitárias e Fitossanitárias</i>	<i>34</i>
<i>Certificação ISO em Angola</i>	<i>34</i>
E. Política de Investimento	36
<i>Facilitação de Negócios</i>	<i>38</i>
III. COMÉRCIO E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM aNGOLA	40
A. Crescimento econômico sustentado a longo prazo	40
B. Visão Geral do Comércio Angolano	43
C. Identificação dos Produtos Verdes Competitivos	46
IV. produtos verdes sob análise preliminar	52
A. Exportações de Madeira	53
B. Exportação de Peixe	56
C. Exportações de Café	59
D. Cadeias de valor dos produtos verdes de Angola	62

V. Conclusão	64
Referências.....	66
Anexo 1	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensões do desenvolvimento e seus fatores de fragilidade.....	27
Tabela 2: Os três principais parceiros comerciais de Angola e seus números em 2015.....	46
Tabela 3: Índice de RCA Angolano por tipo de produto em 2015.....	49
Tabela 4: Principais números de exportação de produtos verdes selecionados em Angola em 2015.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Visão-geral do processo NGER.....	16
Figura 2: Fluxo de Atividades durante STEP 1 do NGER de Angola	21
Figura 3: Número de empresas com certificado ISO em Angola.....	36
Figura 4: Fluxos de investimento externo para Angola e estoque total entre 2000 e 2015.....	37
Figura 5: PIB Angolano entre 2000 e 2016, por setor produtivo	41
Figura 6: Comparação do da parcela do PIB por setor entre 2008 e 2015	42
Figura 7: Visão-Geral do comércio Angolano entre 2009 e 2015.....	43
Figura 8: Exportações de produtos Angolanos em 2015.....	44
Figura 9: Destino das exportações por região geográfica em 2015.....	45
Figura 10: Rede Product Space de Angola	47
Figura 11: RCA dinâmico das exportações Angolanas em 2015.....	48
Figura 12: Exportações de produtos verdes selecionados entre 2009 e 2015.....	52
Figura 13: Mudança ano após ano nas exportações de produtos verdes de Angola entre 2009 e 2015.....	53
Figura 14: Gráfico hierárquico das exportações de madeira por parceiro comercial em 2015.....	55
Figura 15: Análise SWOT preliminar para o setor de madeira de Angola	56
Figura 16: Gráfico hierárquico das exportações de peixe de Angola, por parceiro comercial em 2015	57
Figura 17: Análise SWOT preliminar para o setor pesqueiro de Angola	58
Figura 18: Gráfico hierárquico das exportações de café de Angola, por parceiro comercial em 2015.....	60
Figura 19: Análise SWOT preliminar para o café em Angola.....	62

ACRÔNIMOS

ACP	African, Caribbean and Pacific States (Países ACP)
AGOA	United States African Growth and Opportunity Act
ANIP	Agência Nacional de Investimentos Privados
APIEX	Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola
AU	African Union (União Africana)
DFQF	Chinese and Indian duty-free and quota-free (acesso sem tarifas nem cotas)
EBA	Everything But Arms (Tudo menos armas)
ECCAS	Economic Community of Central African States (Com. Ec. Dos Estados da Africa Central)
EGS	Environmental Goods and Services (Bens e Serviços Ambientais)
ENA	Estratégia Nacional Ambiental
EPP	Environmentally Preferable Products (Produtos Ambientalmente Preferidos)
EQSGS	Bens e Serviços de Suporte à Qualidade Ambiental
UE	União Europeia
IDE	Investimento Estrangeiro Direto
PIB	Produto Interno Bruto
GSP	Sistema de Preferências Generalizadas
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
GVC	Cadeias Globais de Valor
ha	Hectare
HS	Sistema Harmonizado
IANORQ	Instituto Angolano de Normalização e Qualidade
IQM	Sistemas Internos de Gestão da Qualidade
ISO	Organização Internacional de Padrões
Kg	Quilograma
km	Quilometro
PMD	País Menos Desenvolvido
MINAMB	Ministério do Ambiente de Angola
MINCO	Ministério do Comércio de Angola
MIND	Ministério da Indústria de Angola
MINPESCAS	Ministério das Pescas de Angola
NGER	Revisão Nacional de Exportações Verdes
NTMs	Medidas não-tarifárias
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEA	Plano Nacional Ambiental
PNGA	Plano Nacional de Gestão Ambiental
prsvd	Preservado

PSM	Metodologia Product Space
RCA	Vantagem Comparativa Revelada
REC	Comunidades Econômicas Regionais
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCAS	Sistema de Acreditação da SADC
ODS	Metas de desenvolvimento sustentável
PME	Pequenas e Médias Empresas
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
SWOT	Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
ToP	Treinamento de Praticantes
ToT	Treinamento de Treinadores
UNPAF	Estrutura de Parceria das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
USD	Dólares americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
YoY	Ano após ano

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sugerem que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, um país deve cobrir as três dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental - simultaneamente. Neste contexto, espera-se que o comércio internacional desempenhe um papel importante como um meio – especialmente em países em desenvolvimento e países com economias em transição – para alcançar os ODS. O comércio internacional pode ser usado como um facilitador para reduzir as pegadas ambientais das atividades econômicas, por exemplo, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e melhorar o bem-estar econômico e os esforços de redução da pobreza. Nessa perspectiva, a UNCTAD lançou sua iniciativa Revisão Nacional de Exportações Verdes (NGER), que é uma ferramenta para facilitar a transição dos países para um caminho de desenvolvimento mais verde e mais limpo.

Através dos NGERs, a UNCTAD trabalha em estreita parceria com países que buscam fortalecer suas economias verdes. Os NGERs auxiliam esses países a desenvolver e implementar políticas de economia verde, a diversificar a economia local e a estabelecer marcos regulatórios e institucionais e mecanismos de cooperação para fortalecer e aumentar a capacidade local, a eficiência e a competitividade dos sectores verdes. Assim, os NGERs respondem à demanda de um país por avaliações do potencial local para desenvolver sectores verdes selecionados de forma colaborativa em nível nacional que possam gerar novas oportunidades de emprego e exportação enquanto promovem o desenvolvimento nacional sustentável (UNCTAD, 2017a).

NGERs são orientadas pela demanda; portanto, qualquer projeto NGER envolve necessariamente uma solicitação oficial de um governo para iniciar um projeto. A UNCTAD irá então, em consulta com a entidade nacional designada indicada pelo governo solicitante, conduzir um estudo de base – tal como este – contendo estatísticas do comércio e estruturas reguladoras e institucionais relevantes relacionadas com a economia verde. O relatório de base apresenta uma visão geral para guiar não apenas as discussões das partes interessadas nacionais, mas também para auxiliá-las na elaboração de um plano de ação e treinamentos para promover a diversificação

econômica e uma economia mais sustentável. Portanto, os resultados esperados de uma NGER são (UNCTAD, 2017a):

- Maior colaboração entre os atores sectoriais por meio de atividades colaborativas e parcerias formadas pelo projeto;
- Melhor compreensão dos pontos fortes e fracos nacionais para a produção e exportação de produtos verdes selecionados e cadeias de valor relacionadas;
- Apreço pelos formuladores de políticas sobre formas de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de sectores verdes e exportações de produtos e serviços verdes;
- Um plano de ação validado pelas partes interessadas para promover a adoção de técnicas de produção sustentáveis e a promoção de produtos verdes promissores e suas cadeias de valor;
- Impactos socioeconômicos e ambientais positivos nos níveis local e nacional.

Em suma, o processo NGER pode ajudar as partes interessadas locais – públicas e privadas – a reformular políticas e instituições a fim de diversificar a economia local e alavancar oportunidades de comércio regionais e globais.

Além disso, o NGER conduzido em Angola inclui, como um dos seus principais objetivos, atividades de capacitação que visam formar o pessoal do Ministério do Comércio (MINCO) e outras partes interessadas relevantes na análise de oportunidades de exportação sustentável. Os resultados gerais são: 15 treinadores treinados, um conjunto de recomendações de políticas, um relatório nacional validado com partes interessadas nacionais, material de treinamento (por exemplo, fichas de serviços e produtos verdes) para pelo menos 200 pessoas e um conjunto de ações potenciais para fomentar produtos verdes locais e serviços.

I. EXPORTAÇÕES VERDES: OPORTUNIDADES E BENEFÍCIOS PARA A REPÚBLICA DE ANGOLA

Este relatório de base avalia os sectores verdes já em vigor na República de Angola e funciona como um documento de base e um guia passo a passo para apoiar discussões a nível nacional com as partes interessadas locais. A avaliação e identificação dos sectores ocorrerão inicialmente utilizando uma análise de Vantagem Comparativa Revelada (RCA) de sectores verdes com potencial de expansão em Angola. Em suma, o relatório de referência tem como objetivo apresentar um panorama das principais questões relacionadas aos sectores verdes locais, com atenção para melhorar seu desempenho regulatório, institucional e relacionado ao comércio. Como tal, o relatório de base funciona como um documento de apoio para discussão entre as partes interessadas locais sobre abordagens estratégicas para promover o desenvolvimento dos produtos e serviços verdes de Angola e os seus sectores relacionados com base numa abordagem colaborativa, intersectorial e estratégica.

É importante mencionar que os sectores seleccionados abrangidos por este relatório de base incluem os sectores em que Angola já alcançou uma experiência considerável, mas onde ainda sim pode ocorrer mais crescimento. A intenção é usá-los como degraus para preparar o (s) consultor (es) nacional (is) e promover workshops locais de interessados, que servirão como atividades de treinamento e buscarão um amplo espectro de pontos de vista, identificando e seleccionando de forma colaborativa novas opções de produtos e serviços verdes. Angola e desenvolver planos de ação sectoriais. Além disso, eles garantem que este fórum intersectorial adotará medidas de acompanhamento para a implementação do processo NGER com o apoio da UNCTAD.

A. Transição para uma economia mais sustentável e resiliente através do comércio

Em diversos países, espera-se que as transições para uma economia mais verde contribuam cada vez mais para a diversificação econômica, a criação de empregos, as receitas de exportação, a redução da pobreza e a proteção ambiental e equidade social. Uma economia mais verde é impulsionada pela demanda interna e externa por produtos e serviços verdes. No entanto, inclui o uso de energia e transporte mais eficientes e de baixo carbono, bem como o incentivo à produção agrícola orgânica, atividades de

ecoturismo, reciclagem de resíduos e água, práticas ambientais e outras categorias emergentes, como construção verde, madeira colhida de forma sustentável, produtos e fibras naturais (UNCTAD, 2017a).

Olhando especificamente para o comércio, os produtos verdes representam apenas uma pequena fração de suas contrapartes “marrons”, indicando um vasto potencial de crescimento. Seja em bens de alta tecnologia, commodities, manufaturas básicas ou serviços, as oportunidades de exportação oferecidas em uma economia global mais verde são significativas e se expandem mais rapidamente do que o comércio global em geral; uma tendência que deve continuar (UNCTAD, 2017b).

Existe um grande potencial inexplorado para países em desenvolvimento e países com economias em transição para avançar no desenvolvimento de seus sectores verdes. Neste contexto, o comércio internacional, através das exportações e importações de bens e serviços verdes, pode facilitar a expansão dos sectores verdes já existentes e o desenvolvimento de novos sectores baseados em potenciais locais. Apesar dos desafios formidáveis, empreender essa transição com sucesso pode ajudar os países a melhorar sua vantagem competitiva, diversificar a economia local e se engajar no comércio internacional de forma mais eficaz.

As principais abordagens para esse objetivo dependem da criação de um ambiente propício por meio de estruturas regulatórias e institucionais aprimoradas para uma economia mais verde, que incluem capacitação produtiva, investimento e serviços financeiros relacionados. Além disso, esses marcos regulatórios e institucionais aprimorados envolvem um comércio mais aberto, com maior atenção à equidade social, redução da pobreza e proteção ambiental. Assim, produtos e serviços verdes podem ser usados para melhorar o acesso ao mercado e oportunidades de investimento. Por exemplo, produtos verdes relacionados a tecnologias de energia renovável, como painéis solares e turbinas eólicas e produtos de eficiência energética (por exemplo, lâmpadas fluorescentes compactas) estão entre os produtos que apresentaram o maior aumento nas exportações nos últimos anos (ITA, 2016; UNCTAD, 2017b). Embora relativamente poucos países em desenvolvimento participem diretamente dessa tendência, as tecnologias verdes são geralmente produzidas em países em desenvolvimento e / ou mais industrializados, usando insumos intermediários originários de uma ampla variedade de

países em desenvolvimento e países com economias em transição integrados em cadeias globais de suprimentos. O comércio de bens intermediários, que representa cerca de 40% do comércio mundial de mercadorias, é, portanto, um ponto de entrada importante para esses países fornecerem indiretamente aos mercados verdes (UNCTAD, 2011). A participação em níveis intermediários de cadeias de suprimento tem o potencial de gerar ganhos em toda a economia, como emprego, melhoria de tecnologia e habilidades, melhoria da capacidade produtiva e diversificação em exportações de valor agregado. Além disso, outros produtos verdes baseados na agricultura orgânica experimentaram um crescimento global e estão ao alcance de países menos desenvolvidos, como Angola. Enquanto empresas em países em desenvolvimento mais industrializados estão aproveitando novas oportunidades de exportação de produtos e serviços verdes, especialmente tecnologias verdes, empresas em países menos industrializados continuam construindo suas capacidades de exportação em produtos verdes, como produtos e bebidas orgânicos, cosméticos e fibras naturais, biocombustíveis e madeira de corte sustentável e produtos da pesca, e em serviços verdes, como o ecoturismo. Em cada um desses sectores, as exportações dos países em desenvolvimento estão experimentando crescimento acentuado, emprego, avanço do desenvolvimento rural e proteção do meio ambiente (UNCTAD, 2017b).

Os sectores verdes dinâmicos podem dar importantes contributos para a consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento relacionados com a diversificação económica, investimento, redução da pobreza, desenvolvimento rural, geração de emprego e melhoria global do bem-estar social. Consequentemente, eles também podem fazer contribuições significativas para os ODS.

B. Sectores verdes: seus produtos e serviços em uma economia nacional

Não existe uma definição internacionalmente aceita sobre o que são os sectores, produtos e serviços verdes. No entanto, é geralmente aceito que eles podem ser considerados como parte da categoria de Bens e Serviços Ambientais (EGS), já que aumentar o acesso e uso de um produto e serviço ecológico pode contribuir para melhorar a qualidade ambiental e a redução da poluição. Portanto, a maioria dos produtos ou serviços verdes geralmente se enquadra em uma das duas categorias (OECD, 2001):

- A primeira categoria cobre principalmente produtos usados para fornecer um serviço ambiental associado ao tratamento de águas residuais, gestão de resíduos sólidos e controle da poluição do ar. Produtos verdes relacionados incluem uma ampla variedade de produtos industriais, como válvulas, bombas, compressores, etc., que podem ser especificamente empregados para fins ambientais. Esses produtos e serviços, às vezes, são mencionados como Produtos e Serviços de Suporte à Qualidade Ambiental (EQSGS), de acordo com seu uso final ou finalidade.
- A segunda categoria trata de produtos e serviços, dos quais a produção, o uso final e / ou o descarte reduziram os impactos ambientais negativos ou, potencialmente, aumentaram o impacto positivo no meio ambiente. Em suma, considera um substituto de um produto ou serviço tradicional que fornece função e utilidade similar com menos impacto ao meio ambiente. Esta categoria também inclui produtos e serviços que geralmente são usados para outros fins que não os ambientais. Por exemplo, produtos relacionados podem incluir itens como papel livre de cloro, tecnologias de energia renovável, máquinas de escritório com eficiência energética, embalagens de fibra natural ou materiais de revestimento de piso e uma ampla gama de serviços associados à silvicultura e pesca sustentáveis, agricultura orgânica, renovável transporte de energia e ecoturismo. Tais produtos e serviços são por vezes referidos como Produtos Ambientalmente Preferidos (EPPs), que possuem qualidades inerentes ao meio ambiente quando comparados a produtos substitutos.

Enquanto a primeira categoria define um produto ou serviço verde como aquele que é usado para beneficiar o ambiente sem considerar seu ciclo de vida, a segunda categoria define virtualmente qualquer produto ou serviço, seja ele qual for, contanto que seja um “mais verde” de uma contraparte tradicional. Em suma, eles são considerados verdes simplesmente por terem menos impacto negativo sobre o meio ambiente do que seu equivalente tradicional. Portanto, uma variante de produto verde poderia, por exemplo, ser fabricada a partir de componentes reciclados, ser fabricada usando energia renovável, ser fornecida ao mercado com menos desperdício de embalagens, etc., ou cobrir todas as opções. A mesma lógica se aplica a um serviço, por exemplo, turismo tradicional versus ecoturismo.

Quando se trata da percepção dos consumidores de produtos e serviços ecológicos, há uma correlação entre a confiança dos consumidores no desempenho dos produtos verdes e suas crenças pró-ambientais em geral. Isso sugere que a maioria dos consumidores não consegue identificar facilmente produtos mais ecológicos sem acesso a informações relacionadas aos benefícios ambientais do produto, embora eles favoreçam os produtos fabricados por empresas mais conhecidas e mais verdes (Pickett-Baker e Ozaki, 2008).

A maioria dos produtos e serviços verdes é facilmente associada ao EGS; no entanto, produtos e serviços verdes vão além disso. Eles também podem incluir produtos e serviços relacionados à melhoria do bem-estar econômico, à igualdade de gênero, aos esforços de redução da pobreza e ao declínio do trabalho infantil. Exemplos desses benefícios socioeconômicos são bens produzidos ou serviços fornecidos por comunidades rurais pobres por meio de esquemas de comércio justo ou iniciativas de ecoturismo. Isso ocorre porque a renda proveniente da venda desses bens e serviços gera emprego nas comunidades rurais pobres, reduzindo assim a pobreza, juntamente com um melhor posicionamento e capacitação para o manejo sustentável dos ecossistemas rurais, recursos naturais locais e práticas trabalhistas.

Outras características importantes dos produtos e serviços verdes são sua relevância temporal e aspetos locais. Em relação à sua relevância temporal, um produto ou serviço verde hoje pode ser substituído por um mais verde amanhã e não é mais considerado um produto ou serviço verde. Quanto aos aspetos locais, o contexto geopolítico desempenha um papel importante na identificação de atividades produtivas locais que permitem melhorias no bem-estar econômico, igualdade de gênero, declínio do trabalho infantil, esforços de alívio da pobreza, entre outros benefícios socioeconômicos específicos do país. Por exemplo, os países em desenvolvimento podem não ter condições de comprar carros elétricos ou semielétricos, mas seu pessoal pode tornar a economia mais ecológica, seja em transporte público, em bicicletas, no reaproveitamento de sacolas de compras e assim por diante.

Neste contexto, os produtos e serviços verdes podem ser classificados como algo que pode ser oferecido em um mercado que também promova a economia local, ajude a alcançar os ODS e seja usado como um facilitador não apenas para reduzir a pegada

ambiental das atividades econômicas, mas também para melhorar padrões socioeconômicos dentro do país. Assim, os sectores verdes são muito mais que uma fonte de renda; são condutores de transformação socioeconômica e preservação ambiental.

C. Visão-Geral do processo de Revisão Nacional de Exportações Verdes da UNCTAD

Como mencionado anteriormente, o NGER é uma ferramenta para auxiliar os países em suas demandas para avaliação do potencial nacional ligado ao avanço dos sectores verdes locais. O NGER gera novos sistemas de produção e emprego, além de oportunidades de exportação, promovendo o desenvolvimento sustentável local.

Cada NGER é centrado em uma abordagem colaborativa, que envolve um processo de múltiplos interessados em nível nacional, incluindo avaliação, validação, orientação e mecanismos de acompanhamento (ver Figura 1).

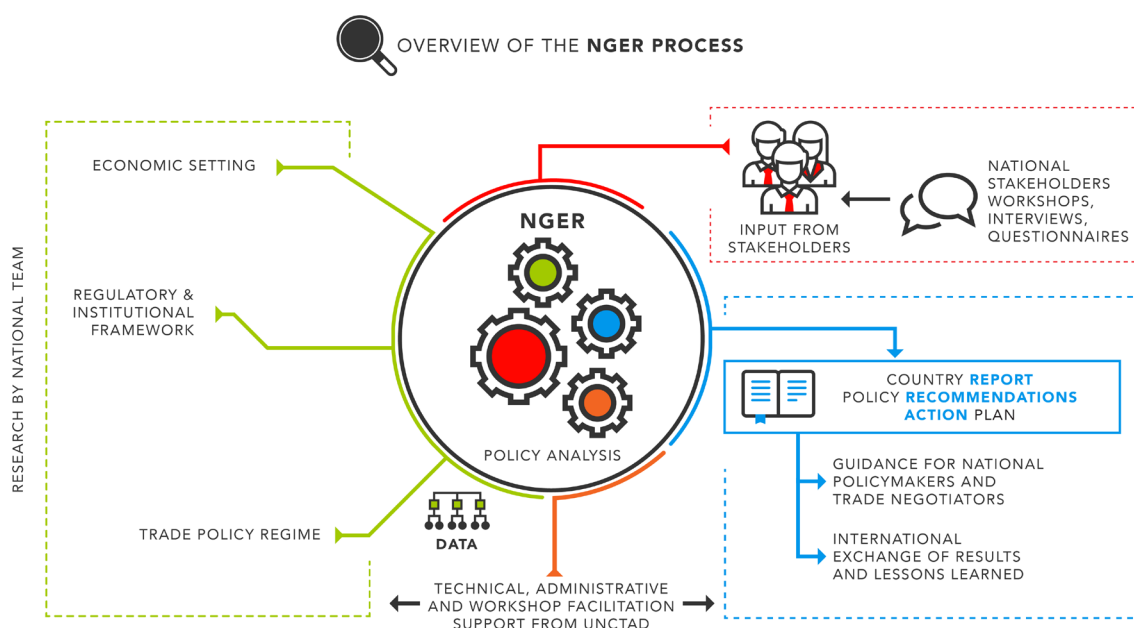


Figure 1: Visão-geral do processo NGER

Os NGERs auxiliam países em desenvolvimento e países com economias em transição a melhorar a capacidade local de suas partes interessadas públicas e privadas para:

- Identificar e seleccionar sectores para produção nacional e exportação de produtos verdes;
- Avaliar os requisitos políticos, normativos e institucionais para apoiar o desenvolvimento de sectores verdes seleccionados;
- Preparar e adotar recomendações e planos de ação para construir capacidade produtiva e de exportação em sectores verdes seleccionados.
- Mobilizar apoio financeiro e técnico para implementar as recomendações e o plano de ação, que incluem a integração dos mesmos nos planos e estratégias nacionais de desenvolvimento.

A metodologia de espaço de produto verde da UNCTAD auxilia as partes interessadas nacionais na identificação de sectores verdes com promissoras perspectivas de exportação. O processo NGER subsequentemente orienta as partes interessadas por meio de uma revisão interativa de estruturas políticas (por exemplo, políticas económicas, regulatórias, institucionais, ambientais e comerciais) e redes locais que caracterizam esses sectores (Hamwey et al., 2013; UNCTAD, 2017a). Ao focar um sector verde específico, um NGER tem o potencial de apoiar os formuladores de políticas nacionais e outras partes interessadas – particularmente empresas e empreendedores – para pesquisar uma série de questões importantes para os sectores verdes em estudo, tais como:

- Objetivos nacionais de desenvolvimento para o sector;
- Áreas de efetividade e fraqueza no atual arcabouço de políticas para o sector;
- Desafios regulatórios e institucionais inibindo o desenvolvimento sectorial;
- Abordagens inovadoras para fortalecer as ligações intersectoriais para trás e para a frente dentro da economia nacional;
- O papel das mulheres e jovens no sector e como as condições e oportunidades de emprego podem ser melhoradas no futuro;
- O papel das empresas e empresários no sector e como melhorar a cooperação e construir sinergias ao longo da cadeia de valor e oferta;
- Os prováveis impactos das reformas sectoriais no acesso a serviços essenciais, especialmente para os pobres;

- Perspetivas de liberalização do comércio para gerar maior eficiência, emprego e acesso a mercados estrangeiros, particularmente entre pequenas e médias empresas (PMEs);
- Custos de ajuste de curto prazo e como resolvê-los;
- O impacto da liberalização do comércio sobre o investimento estrangeiro e interno;
- O impacto geral da reforma interna e da liberalização do comércio no desenvolvimento sectorial.

Equipes nacionais – incluindo dois ou mais especialistas – com o apoio da UNCTAD trabalham em estreita colaboração com as partes interessadas locais para coordenar e conduzir as atividades da NGER e preparar relatórios de progresso. As partes interessadas, incluindo os formuladores de políticas nacionais, são envolvidos por meio de entrevistas diretas e mesas-redondas, como as oficinas nacionais de interessados. Esta plataforma colaborativa e intersectorial serve para definir os objetivos de cada NGER e revisar descobertas e conclusões relevantes para a política. Além disso, os resultados auxiliam os formuladores de políticas a projetar pacotes de políticas para apoiar o desenvolvimento da capacidade produtiva local e explorar mercados externos para produtos e serviços ecológicos nos quais seu país demonstrou vantagem comparativa.

A UNCTAD e o governo local dos países beneficiários, bem como outros interessados, publicarão e divulgarão as NGERs. Pesquisadores, tomadores de decisões nacionais e negociadores comerciais na comunidade mais ampla de comércio e desenvolvimento revisam e discutem os resultados da NGER por meio de fóruns intergovernamentais organizados regionalmente e em Genebra, na Suíça. Por sua vez, os processos de divulgação permitem o intercâmbio de experiências nacionais e melhores práticas, bem como das lições aprendidas durante as atividades do NGER.

D. O processo da Revisão Nacional de Exportações Verdes na República de Angola

Ser rico em recursos, mas pobre em capacidade e habilidades cria uma “armadilha de dependência” para um país. A baixa diversificação e capacidade e competências diminuídas, por sua vez, resultam numa baixa vantagem competitiva da economia angolana como um todo e baixos rendimentos para a sua população (AfDB, 2017; ITA, 2017; UNCTAD, 2015a, 2015b, 2014). As autoridades locais usaram frequentemente a

dependência do petróleo do país e a diversificação económica limitada como a principal razão para justificar a sua resistência à abertura do mercado angolano. Essa restrição vinculante contribui para que os pobres permaneçam pobres, uma vez que o problema da pobreza permanece intimamente ligado à falta de transformação económica no país. Dado este contexto, e noutros para enfrentar este constrangimento, o Governo de Angola lançou, em janeiro de 2016, um plano estratégico para investir em capital humano, conhecimento e tecnologia e para resolver os problemas decorrentes dos baixos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Na Estratégia Angola 2025 e no Plano Nacional de Desenvolvimento (2013–2017), o governo identificou a necessidade de promover e acelerar o crescimento e a competitividade em Angola através da diversificação económica e redução da pobreza (República de Angola, 2014). Levando isso em consideração, o processo NGER pode ajudar o governo local e os negócios em Angola na construção de resiliência económica para ajudar o país a diversificar sua economia e enfrentar os choques externos manifestados nas flutuações globais do preço do petróleo. Em suma, o processo NGER pode ajudar as partes interessadas locais – públicas e privadas – a reformular políticas e instituições a fim de diversificar a economia local e alavancar oportunidades de comércio regional e global.

Para melhorar a capacidade e competências locais, o processo Angola NGER tem como um dos seus principais objetivos uma meta de capacitação que visa formar pessoal no MINCO e outras partes interessadas e relevantes na análise de oportunidades de exportações verdes, especialmente com parceiros comerciais no sul da África.

O NGER de Angola apresenta dois passos. Enquanto o primeiro passo consiste em atividades relacionadas com a definição da Equipa Nacional Angolana e a realização do Treino de Formadores (ToT), o segundo passo consiste no Treino de Praticantes (ToP) através de cursos de formação nacionais (por exemplo, módulos de formação específicos do sector).

O primeiro passo consiste em uma análise baseada no relatório de base e nas discussões das partes interessadas, que fornece um ponto de partida para o treinamento da equipe nacional e dos instrutores que irão replicar o conhecimento em nível nacional. A equipe nacional inclui dois ou mais especialistas trabalhando em estreita colaboração com as

partes interessadas nacionais e a UNCTAD para coordenar e conduzir as atividades NGER nos STEPs (passos) 1 e 2. Os instrutores nacionais são responsáveis pelos cursos de treinamento em todo o país no passo 2, sob a supervisão e orientação da equipe. As atividades de formação na primeira etapa fazem parte da componente ToT (*Training of Trainers*) da NGER de Angola, que é dividida em três vertentes de formação:

- Linha de Treinamento 1: treinamento da equipe nacional;
- Linha de Treinamento 2: treinamento de instrutores nacionais sobre coleta e sistematização de dados, análise de comércio, ferramentas e métodos analíticos;
- Linha de Treinamento 3: treinamento de instrutores nacionais sobre relatórios, métodos de validação, mecanismos de políticas, técnicas de apresentação e desenvolvimento de planos de cursos.

Ao longo do primeiro passo, a UNCTAD organiza dois workshops nacionais de treinamento com as partes interessadas locais. A primeira oficina de treinamento lança o projeto e coleta informações importantes relacionadas aos principais produtos verdes e suas cadeias de valor que são usadas para alimentar dados na Linha de Treinamento 2 e criar um estudo nacional preliminar. Durante a segunda oficina de treinamento, a equipe nacional e os estagiários com o apoio da UNCTAD apresentam o estudo preliminar para validação e ajustes em um fórum nacional. Os resultados do workshop são introduzidos no Training Stream 3 e produzem um relatório do país contendo um conjunto de recomendações de políticas. Os resultados gerais da primeira etapa são treinados por 15 treinadores, um conjunto de recomendações de políticas, um relatório nacional validado com partes interessadas nacionais, material de treinamento (por exemplo, Fatos informativos sobre produtos e serviços verdes) e um conjunto de ações potenciais para fomentar produtos e serviços verdes locais. A Figura 2 mostra o fluxo de atividade durante a etapa um e seus componentes associados.

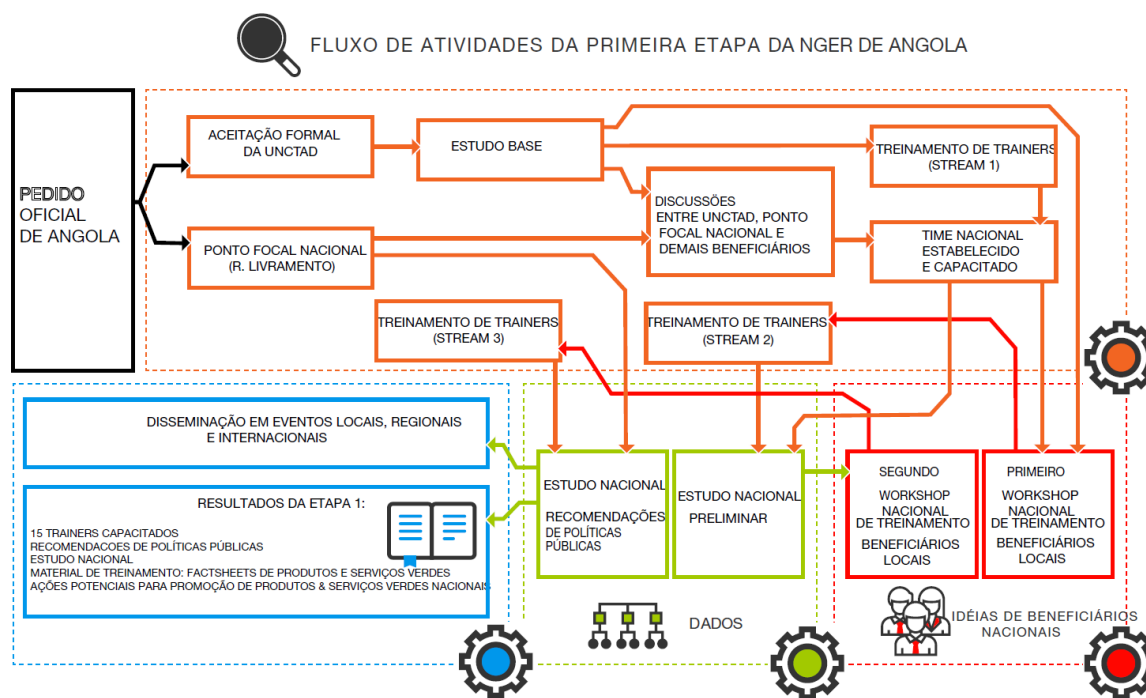


Figure 2: Fluxo de Atividades durante STEP 1 do NGER de Angola

Enquanto na primeira etapa a UNCTAD está ativa no treinamento dos treinadores, na etapa dois sua posição ativa é substituída por um papel de apoio para o componente ToP, no qual a UNCTAD e a Equipe Nacional apoiam instrutores locais – que foram treinados durante o componente ToT – em suas atividades de formação de pelo menos 200 pessoas em Angola. O componente ToP da segunda etapa consistirá em módulos de treinamento sobre:

- Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), tais como padrões e certificações;
- Padrões privados;
- Medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS); e
- Medidas não-tarifárias (NTMs) relevantes para produtos verdes.

Os módulos de treinamento também incluem políticas econômicas domésticas relacionadas, tais como:

- Estruturas regulatórias e institucionais e mecanismos cooperativos;
- Requisitos de certificação de produtos e sustentabilidade, rotulagem e rastreabilidade;
- rótulos orgânicos e de comércio justo;

- Uso de indicações geográficas, marcas sectoriais e marcas para aumentar a demanda no mercado, fortalecendo a capacidade local, eficiência e competitividade.

II. POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA

Em um momento de pressão social e desafios ambientais, o aproveitamento do crescimento econômico para o desenvolvimento sustentável e inclusivo é mais importante do que nunca (UNCTAD, 2015c). A identificação de pontos de alavancagem para isso no atual quadro de políticas é, portanto, uma prioridade para qualquer estudo de linha de base.

Políticas, leis, regulamentos e normas aplicáveis a produtos e sectores verdes são muito amplos e, dependendo do caso, estão espalhados por várias fontes de regulamentação. No entanto, existem tipos importantes de regulamentos que podem afetar as exportações de produtos verdes e são:

- Política Ambiental;
- Política de Desenvolvimento;
- Política comercial;
- Licenças;
- Medidas não tarifárias, como TBT, SPS e normas privadas;
- Subsídios fornecidos aos produtores locais;
- Instrumentos econômicos gerais de comando e controle.

A. Políticas Ambientais

A Constituição da República de Angola de 2010 fornece a base para a Lei-Quadro do Ambiente através do Artigo 39:

- Todos têm o direito de viver em um ambiente saudável e não poluído e o dever de defendê-lo e preservá-lo.
- O Estado adotará as medidas necessárias para proteger o meio ambiente e as espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, manter o equilíbrio ecológico, garantir a correta localização das atividades econômicas e o desenvolvimento e uso racional de todos os recursos naturais, no contexto de desenvolvimento sustentável, respeito pelos direitos das gerações futuras e preservação das espécies.
- Atos que ponham em perigo ou danifiquem a conservação do meio ambiente serão puníveis por lei.

Além disso, o artigo 90 estabelece que o Estado deve promover o desenvolvimento social assegurando que todos os cidadãos desfrutem dos benefícios resultantes dos esforços coletivos em termos de desenvolvimento, especificamente no que diz respeito à melhoria quantitativa e qualitativa dos padrões de vida.

Esses dois artigos constitucionais são extremamente importantes para promover o desenvolvimento sustentável local, uma vez que implicam melhorias na qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente. Assim, o uso sustentável do ambiente é reconhecido como uma importante dimensão de desenvolvimento pelo governo angolano. Neste contexto, Angola tem desenvolvido legislação ambiental abrangente na última década em relação aos recursos hídricos, extração de petróleo, atividades de mineração e usos da terra, e aumentou o envolvimento com órgãos e parceiros regionais e internacionais. Por exemplo, em 2007, foi criada a Comissão da Corrente de Benguela por Angola, Namíbia e África do Sul. A comissão busca promover a gestão integrada, o desenvolvimento sustentável regional e a proteção do Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME).

Outra legislação importante é a Lei de Bases do Ambiente de 1998¹, que fornece o enquadramento para toda a legislação e regulamentação ambiental em Angola. Dá as definições de conceitos importantes, como proteção, preservação e conservação do meio ambiente.

Em 2004, o Decreto no. 51 de 23 de Julho, estabelece o Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) como *“um procedimento de gestão ambiental preventiva que consiste na identificação e análise previa, qualitativa e quantitativa dos efeitos ambientais benéficos e perniciosos de uma atividade proposta”*. A instituição da AIA age como uma ferramenta para não só proteger o meio ambiente local, mas também para limitar a exploração das riquezas naturais de Angola.

A criação do Ministério do Meio Ambiente² (MINAMB) em 2009 deu ao sector ambiental o apoio institucional fundamental para promover as estratégias ambientais do país, como

¹ Lei de Bases do Ambiente.

² Ministério do Ambiente.

o Programa Nacional de Gestão Ambiental³ (PNGA) e o Plano Nacional Ambiental⁴ (PAEA).

É importante ressaltar que a Lei de Bases do (meio) Ambiente reconhece que a implementação do PNGA deve ser responsabilidade de todos os sectores do governo cujas atividades podem influenciar o meio ambiente, todos os indivíduos e organizações que fazem uso dos recursos naturais, bem como aqueles indivíduos que podem usar os recursos de forma insustentável e causar poluição. O PNGA possui cinco subprogramas estratégicos, definidos como:

- Promoção da coordenação intersectorial;
- Proteção da biodiversidade, flora e fauna terrestre e marinha;
- Reabilitação e proteção de ecossistemas;
- Gestão ambiental; e
- Educação ambiental, informação e conscientização.

A Estratégia Nacional Ambiental⁵ (ENA) é um arcabouço orientador estreitamente relacionado ao PNGA, que visa identificar os principais problemas ambientais em Angola e abordá-los de forma a atingir as metas de desenvolvimento sustentável. Existem outras legislações sectoriais relevantes que complementam a Lei de Bases do Ambiente, que estão listadas no Anexo 1 e mostram as características intersectoriais da dimensão ambiental em Angola (Walmsley e Patel, 2011).

B. Políticas para o Desenvolvimento

Os recursos de petróleo e gás de Angola tornaram-se a principal fonte de receita pública, mas também criam desafios significativos para a estabilização macroeconômica e a diversificação econômica. A crescente indústria de petróleo e gás cria riqueza em sectores relacionados (por exemplo, finanças, hospitalidade e outras indústrias que fornecem serviços para empresas de petróleo e gás), mas também torna mais caro para

³ Programa Nacional de Gestão Ambiental.

⁴ Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente.

⁵ Estratégia Nacional Ambiental.

todos fazer negócios em praticamente todos os sectores da economia local (GBM, 2017a).

Em vez de visar explicitamente a redução da pobreza, o governo angolano concentrou-se em grandes projetos de infraestrutura e obras públicas (BAD, 2017). Estes projetos são geridos através do Gabinete de Reconstrução Nacional⁶ (GRN), criado em 2004. Este enfoque no “hardware” do desenvolvimento contrasta com a abordagem “software” adotada por muitos grupos não governamentais internacionais, que sublinham que Angola está a atravessar fase de reabilitação, que acontece antes da fase de desenvolvimento necessária. Como resultado, a transformação estrutural permanece baixa em Angola, especialmente porque a economia é dominada pelos sectores de petróleo e gás, com cerca de 31% do Produto Interno Bruto (PIB)⁷ em 2015 (BAD, 2017; CFR, 2008).

A base económica do país continua restrita, com o petróleo representando mais de 96% da receita total de exportação, 52% das receitas do governo e 30% do PIB nacional (AfDB, 2017; ITC, 2017). Como resultado da depreciação cambial, o PIB per capita caiu de US \$6.014 em 2014 para US \$4.714 em 2015 e para US \$3.514 em 2016, o menor nível em uma década, agravando a fragilidade económica do país (AfDB, 2017; UNCTAD, 2017c).

Considerando que a agricultura representa apenas 13 por cento do PIB angolano, os produtos ecológicos podem representar um importante facilitador para o desenvolvimento local, porque têm o potencial de ajudar a ultrapassar o país da fase de reabilitação necessária diretamente para a fase de desenvolvimento sustentável; especialmente, quando se concentra em produtos relacionados com os sectores da agricultura e da pesca, que empregam 70 por cento da população economicamente ativa (AfDB, 2017). Além disso, a maioria da população de Angola vive e trabalha em áreas rurais. Portanto, o desenvolvimento rural é o principal impulsionador da redução da pobreza e será essencial para alcançar os ODS. No entanto, isso não significa que o desenvolvimento urbano possa ser ignorado. O desenvolvimento sustentável e a

⁶ Gabinete de Reconstrução Nacional.

⁷ Os sectores de petróleo e gás são seguidos pelo sector de serviços, com 28% do PIB, sector industrial com 20%, no qual a construção é um subsector dominante com 11%, a administração pública e os serviços financeiros representam 8%. . A agricultura e as pescas são actividades económicas predominantes, representando apenas 13 por cento do PIB (BAD, 2017; CFR, 2008)..

erradicação da pobreza exigem claramente ambos; e, mesmo para as economias rurais, a relação com as áreas urbanas é uma consideração fundamental. Muitas famílias rurais dependem de mercados urbanos ou remessas de migrantes urbanos. Igualmente, a migração rural-urbana é importante para as economias urbanas, na melhor das hipóteses fornecendo uma força de trabalho urbana para o desenvolvimento industrial, mas na pior das hipóteses – quando resulta da falta de economias rurais – alimentando a urbanização insustentável, a pobreza urbana e criando pressões sobre os serviços sociais (UNCTAD, 2015a).

A agricultura e a indústria transformadora continuam a ter papéis marginais na estratégia de sustentabilidade do crescimento e de consolidação do valor agregado nacional. Os investimentos públicos em infraestruturas económicas, apesar da enormidade dos seus valores, não têm propiciado condições aceitáveis e estimulantes de rentabilidade aos investimentos privados (um factor importante da sua atratividade, mormente estrangeiros) devido à sua geral baixa qualidade, nem de melhoria considerável das condições de vida da população (CEIC-UCAN, 2017).

Os problemas de desenvolvimento de Angola estão interligados com as suas fragilidades políticas, sociais e ambientais (ver Tabela 1), evidenciadas pelos surtos de malária, epidemias de febre amarela e secas e inundações cíclicas no Sul de Angola que deixaram mais de 400.000 pessoas necessitadas de assistência alimentar (AfDB, 2017).

Tabela 1: Dimensões do desenvolvimento e seus fatores de fragilidade

Dimensões do Desenvolvimento	Fatores de Fragilidade
<i>Política</i>	• Estruturas de governança frágeis • Capacidade limitada das instituições do Estado
<i>Economia</i>	• Infraestrutura deficiente • Alta dependência do petróleo • Alta desigualdade económica • Alta informalidade económica • Ambiente de negócios oneroso • Frágeis sistemas públicos de gestão financeira
<i>Social</i>	• Baixa qualidade do ensino primário • Baixo acesso ao ensino secundário • Baixo acesso à educação técnica e vocacional (TVET)

	• Desigualdade de renda, desemprego juvenil e pobreza • Incompatibilidade entre habilidades e empregos • Programas inadequados de proteção social
<i>Meio-Ambiente</i>	• Alta densidade populacional • Infraestrutura deficiente em centros urbanos • Desmatamento e desertificação • Inundações cíclicas e secas • Impactos ambientais das atividades extrativistas

Adaptado de Angola: Estratégia Nacional para o País 2017-2021 (AfDB, 2017).

Angola tem forças econômicas e perspectivas de desenvolvimento favoráveis, que, se bem aproveitadas, podem promover uma ampla e inclusiva transformação estrutural nacional. As principais oportunidades são (AfDB, 2017):

- **Potencial agrícola:** Investimentos em agropólos e agroindústrias através da oferta de linhas de crédito ao sector privado podem ajudar a impulsionar a produção local de alimentos e as exportações. Também é importante incluir atividades agrícolas de pequena escala e agricultura orgânica por meio de redes cooperativas;
- **Recursos naturais:** A exploração sustentável de recursos naturais, como terra arável e água para sustentar o agronegócio, e a promoção do potencial local no turismo, florestas e pescas podem ajudar Angola a criar atividades que agregam valor, geram empregos e reduzem a pobreza;
- **Integração regional:** Angola pode tirar proveito dos seus portos, bem como do mercado regional inexplorado, para impulsionar o comércio intrarregional, em particular através das suas Comunidades Econômicas Regionais (RECs).

Apesar do potencial de desenvolvimento do país, persistem desafios estruturais que impedem o crescimento inclusivo, notadamente: baixa produtividade agrícola; infraestrutura inadequada; limitada disponibilidade de recursos humanos qualificados – em particular nos sectores de gestão de negócios, ciência e tecnologia, construção e manufatura –; fraca facilitação do comércio e sistemas de apoio à exportação; e ambiente de negócios desafiador (AfDB, 2017; UNCTAD, 2016a).

O quadro de desenvolvimento em Angola baseia-se essencialmente nos documentos nacionais estratégicos, nomeadamente a Lei Constitucional de Angola, a Estratégia

Angola 2025 e o Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017), que garantem uma abordagem para a redução da pobreza baseada nos direitos humanos, focada em especial nos grupos mais vulneráveis da sociedade. Em 2015, o Governo Angolano assinou os Planos de Ação para a implementação da Estrutura de Parceria das Nações Unidas (UNPAF 2015-2019), que tem como objetivo apoiar e estender até 2019 os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento para o período entre 2013 e 2017 (UNDP, 2015).

C. Políticas de Comércio

Angola é membro fundador da Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, está envolvida nas negociações comerciais da Rodada de Doha e, como País Menos Desenvolvido (PMD), está isenta de assumir compromissos de redução nas áreas substantivas de negociação da agricultura, manufatura e serviços. Como a maioria dos países menos desenvolvidos, Angola carece da capacidade humana e institucional para implementar as muitas obrigações da OMC e requer assistência técnica de instituições internacionais e de seus parceiros comerciais. Regionalmente, é membro da União Africana (UA), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) (UNCTAD, 2016b). Essas **zonas de livre comércio** tem como objectivo eliminar ou reduzir as barreiras para as trocas comerciais de bens e serviços, mantendo cada Estado a autonomia em matéria da política de origem e ajustar políticas cambiais dos países participantes, com o intuito de evitar desequilíbrios comerciais recorrentes.

No quadro da SADC, Angola tem negociado um acordo de parceria económica com a União Europeia (UE). Tal como outros países da SADC⁸, Angola recusou-se a assinar o acordo provisório devido a questões contenciosas pendentes, incluindo “substancialmente todo o comércio”, a “cláusula da nação mais favorecida”, “cooperação para o desenvolvimento”, “salvaguardas bilaterais” e “regras da origem”. Angola como PMD continua a beneficiar de acesso isento de direitos e de quotas ao mercado da UE através da iniciativa Everything But Arms (EBA), que é um sub-esquema do Sistema de Preferências Generalizadas (GSP) (UE, 2017; UNCTAD, 2016b). Neste contexto, Angola

⁸ África do Sul e Namíbia.

goza de acesso preferencial ao mercado, principalmente pelas suas exportações de petróleo, da iniciativa EBA da UE, da Lei de Crescimento e Oportunidades Africana dos Estados Unidos (AGOA) e mais recentemente de programas de acesso sem tarifas nem cotas (DFQF) oferecidos pelos Chineses e Indianos em 2008. Atualmente, os principais mercados de exportação de Angola são a China e os Estados Unidos (EUA) (UNCTAD, 2016b).

O Governo de Angola está determinado a superar a dependência de uma única commodity como principal fonte de crescimento económico. Assim, o governo local está se concentrando na diversificação económica como uma nova fonte de renda, bem como para reduzir sua dependência das importações. Um exemplo é o *Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI)* que tem objectivo principal de diversificar a economia, nacional aumentando a produção, reduzir os gastos de recursos cambiais, fundamentalmente com bens de primeira necessidade, assim como ampliar a entrada e diversificar as fontes de divisa, impulsionando fontes e volume de investimento externo a fim de melhorar o ambiente de negócio Angolano. Embora Angola tenha priorizado o desenvolvimento da agricultura e agroindústria, pesca e manufatura como parte de sua estratégia de diversificação, ela requer ferramentas de apoio como a NGER para manter seu sucesso. A estratégia do governo também se concentra em incentivar as PMEs, aumentar os investimentos em infraestrutura para reduzir os custos de transação e melhorar a competitividade económica do país. Angola também embarcou na desregulamentação e liberalização do seu sector de serviços. Um exemplo desta iniciativa é o programa de promoção de negócios da Agência Nacional de Investimentos Privados⁹ (ANIP), que visa aumentar a competitividade da economia angolana em relação aos seus parceiros na África subsaariana (UNCTAD, 2016b).

Além disso, o Governo de Angola formulou estratégias para o período entre 2010 e 2025, que estão atualmente em revisão. Porém, a versão em revisão inclui o rápido crescimento económico, a promoção do desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza e das desigualdades regionais. A Estratégia 2025 (em revisão) também estabelece que o sector

público deve assumir um papel regulador ativo e definir programas e políticas estratégicas e políticas macroeconômicas, enfatizando que o sector privado é o que impulsiona principalmente o crescimento económico (UNCTAD, 2016b). Em suma, o documento de estratégia estabelece como principais objetivos: estabilidade, reconstrução e modernização da infraestrutura, reconstrução da rede comercial, apoio ao sector privado, criação de emprego e renda e reativação da economia rural (UNCTAD, 2016b).

Através do PRODESI, o governo local, em parceria com o sector privado, está usando uma combinação de medidas de substituição de importações e desenvolvimento de exportações para implementar os seguintes objetivos principais (UNCTAD, 2016b):

- Criação de incentivos para a participação do sector privado e redução da intervenção do Estado;
- Aumentar o investimento do Estado;
- Fortalecer as capacidades produtivas dos produtores nacionais e fornecer serviços básicos;
- Fortalecimento das capacidades institucionais e humanas para apoiar o sector rural;
- Desenvolvimento socioeconómico para apoiar comunidades de pequenos agricultores;
- Reconstrução da infraestrutura rural;
- Distribuição de sementes e ferramentas;
- Assistência aos agricultores no acesso à terra e aquisição de tecnologia apropriada para produção.

Com foco na indústria e na manufatura, o governo implementou uma estratégia de reindustrialização com quatro componentes principais (UNCTAD, 2016b):

- Construir indústrias primárias e intensivas em mão-de-obra destinadas a satisfazer as necessidades básicas dos angolanos, criando um número significativo de empregos, conseguindo uma melhor distribuição de rendimentos, aumentando o poder de compra e gerando níveis mais elevados de poupança;
- Reconstrução de sectores industriais substitutos de importações nos quais o país anteriormente possuía significativa capacidade de produção, como bebidas, têxteis e vestuário, laticínios, produtos processados de pescado, moagem, óleos

vegetais e derivados, casca de arroz, fabricação de pneus e câmaras de ar, construção materiais, produtos e móveis de madeira, fertilizantes e plásticos;

- Promover indústrias produtoras de bens exportáveis que possam ter vantagem comparativa presente ou potencial, com foco em derivados de petróleo, minerais não-metálicos, madeira e seus produtos, têxteis, açúcar e seus produtos, polpa de papel, fumo e tabaco processado, decorativo e semiprecioso. pedras, metais não ferrosos e óleos vegetais;
- Desenvolver projetos industriais intensivos em tecnologia de larga escala, utilizando o Investimento Estrangeiro Direto (IED) e uma estratégia de cluster, incluindo petroquímica, petróleo refinado, processamento de alumínio, gás natural liquefeito, metanol e amônia.

Neste contexto, o PRODESI busca promover Clusters ou Pólos Produtivos (concentração tendencialmente geográfica de empresas semelhantes, fornecedores e instituições associadas a um dado processo produtivo). Estes clusters de negócios tendem a beneficiar-se de um aumento de competitividade e de capacidade produtiva através de economias de aglomeração, que resultam de efeitos de spillover de conhecimento e de sinergias de partilha de infraestrutura física e humana - com maior potencial de geração de valor e de exportação e substituição de importações, designadamente: Alimentação e Agroindústria, Recursos Minerais, Petróleo e Gás Natural, Florestal, Têxteis, Vestuário e Calçado, e Turismo e Lazer.

Atualmente, o regime comercial de Angola está relativamente aberto ao comércio internacional e o governo local utiliza as tarifas como a sua principal ferramenta de política comercial. Em busca de melhorar as relações comerciais, o Governo Angola implementou o sistema ASYCUDA, que é um sistema integrado de gestão que automatiza todos os processos e procedimentos da atividade aduaneira, desde a submissão do manifesto de carga até a saída de mercadorias dos locais de depósitos temporários, incluindo a gestão integrada das liquidações, pagamentos, reembolsos e procedimentos contabilísticos afins. Em relação às NTBs, os padrões de produtos - que são mais rigorosos nos mercados dos países desenvolvidos - também são um problema crescente em Angola. É importante mencionar que as NTBs também são um problema crescente entre os estados membros da SADC. Os principais problemas associados às NTBs são

as ineficiências nos transportes, alfândega e logística, que aumentam os custos do comércio; arranjos fiscais pesados nos postos de fronteira; e regras restritivas de origem e regulamentos e normas técnicas (UNCTAD, 2016b). Como resultado direto, Angola não participa efetivamente da integração comercial regional.

D. Políticas de certificação e normalização

Angola não é membro pleno da Organização Internacional de Normalização (ISO), mas é membro correspondente desde 2002. O Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ) do Ministério da Indústria (MIND) coordena o estabelecimento e implementação de normas pelo país.

Embora Angola ainda não tenha um regime de padrões nacionais plenamente desenvolvido, há um foco crescente nesta área para apoiar os esforços do governo para construir capacidade de produção doméstica e promover as exportações. Por exemplo, em julho de 2015, a ASTM International assinou um memorando de entendimento com a IANORQ que deve contribuir para a crescente consistência das normas em Angola.

Em relação às avaliações de conformidade, Angola não possui um organismo nacional de acreditação. Apesar de ser um membro da SADC, Angola não é membro do Sistema de Acreditação da SADC (SADCAS) que fornece apoio regional à acreditação. No entanto, Angola é afiliada da Comissão Eletrotécnica Internacional que publica Normas Internacionais baseadas no consenso e gere sistemas de avaliação de conformidade para produtos, sistemas e serviços elétricos e electrónicos.

Além disso, o governo angolano está aumentando seu foco no cumprimento de padrões sanitários e o MINCO e o MIND estão atualmente trabalhando para desenvolver padrões de credenciamento.

Produção Agrícola Orgânica Certificada em Angola

Geralmente, os produtos agrícolas em Angola são cultivados organicamente devido às práticas agrícolas tradicionais, em que não são utilizados insumos e, portanto, pode-se dizer que muitas fazendas de pequena escala são orgânicas por padrão (Sanches-Pereira et al., 2017).

Os custos de certificação são um importante fator limitante para muitos pequenos agricultores africanos, que os impedem de aceder o crescente mercado orgânico. Na Tanzânia, os custos anuais de certificação variam de US \$ 4.000 a cerca de US \$ 13.000 para grupos / associações / cooperativas com membros representados por pequenos agricultores ou projetos envolvidos em exportações para mercados internacionais como a UE e os EUA. Estes custos representam apenas as taxas pagas às empresas de certificação. Eles não incluem os custos de transação incorridos durante a mobilização de agricultores em grupos, construindo suas habilidades de negócios e estabelecendo os Sistemas Internos de Gestão da Qualidade (IQM), todos os quais devem estar prontos antes de convidar os auditores de certificação para a avaliação final, e antes de receber a certificação. Esses custos normalmente representam o dobro ou até o triplo do valor pago aos organismos de certificação (Sanches-Pereira et al., 2017).

Portanto, fazendas de pequena escala não podem se beneficiar de prêmios de preço associados a produtos orgânicos certificados. Como resultado, com exceção do café, nenhum outro produto orgânico certificado está atualmente disponível em quantidades substanciais (Sanches-Pereira et al., 2017).

Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

Angola não introduziu um esquema de gestão de risco para fins de controle sanitário e veterinário a nível aduaneiro. Todas as mercadorias do Sistema Harmonizado (HS) nos capítulos 2 a 23 devem ser testadas na importação e exportação, independentemente do país de origem ou destino (OMC, 2015).

Certificação ISO em Angola

O sistema de certificação ISO demonstra que os produtos de uma empresa (ou seja, bens ou serviços) atendem às expectativas dos clientes de acordo com vários critérios. Cada padrão suporta seus próprios benefícios em cada indústria, no entanto, os benefícios comuns em todas as certificações incluem:

- Potencial de mercado alargado;
- Cumprimento de licitações;
- Maior eficiência e economia de custos.

Em relação aos produtos verdes, existem quatro certificados relevantes:

- *ISO 9001*: aborda vários aspetos da gestão da qualidade. Ele fornece orientação e ferramentas para empresas e organizações que desejam garantir que seus produtos e serviços atendam consistentemente aos requisitos do cliente e que a qualidade seja consistentemente aprimorada.
- *ISO 14001*: estabelece os critérios para um sistema de gestão ambiental. Ele mapeia uma estrutura que uma empresa ou organização pode seguir para criar um sistema de gerenciamento ambiental eficaz. Além disso, pode garantir aos administradores e empregados da empresa, bem como aos stakeholders externos, que o impacto ambiental está sendo medido e melhorado.
- *ISO 22000*: estabelece os requisitos para um sistema de gerenciamento de segurança de alimentos. Ele mapeia o que uma organização precisa fazer para demonstrar sua capacidade de controlar os riscos de segurança alimentar, a fim de garantir que seu produto seja seguro. Pode ser utilizado por qualquer organização, independentemente do seu tamanho ou posição na cadeia alimentar.
- *ISO 5001*: baseia-se no modelo de sistema de gestão de melhoria contínua, também utilizado para outros padrões bem conhecidos, como ISO 9001 ou ISO 14001. Isso torna mais fácil para as organizações integrar gerenciamento de energia em seus esforços gerais para melhorar a qualidade e ambiental gestão.

O número de empresas e organizações certificadas pela ISO em Angola cresceu consistentemente ao longo da última década (ver Figura 3). Em 2015, havia 208 empresas angolanas com certificação ISO 9001; 22 certificados 14001; e 5 certificados pela ISO 22000 (ISO, 2017). Infelizmente, não existe nenhuma empresa certificada pela ISO 5001 em Angola.

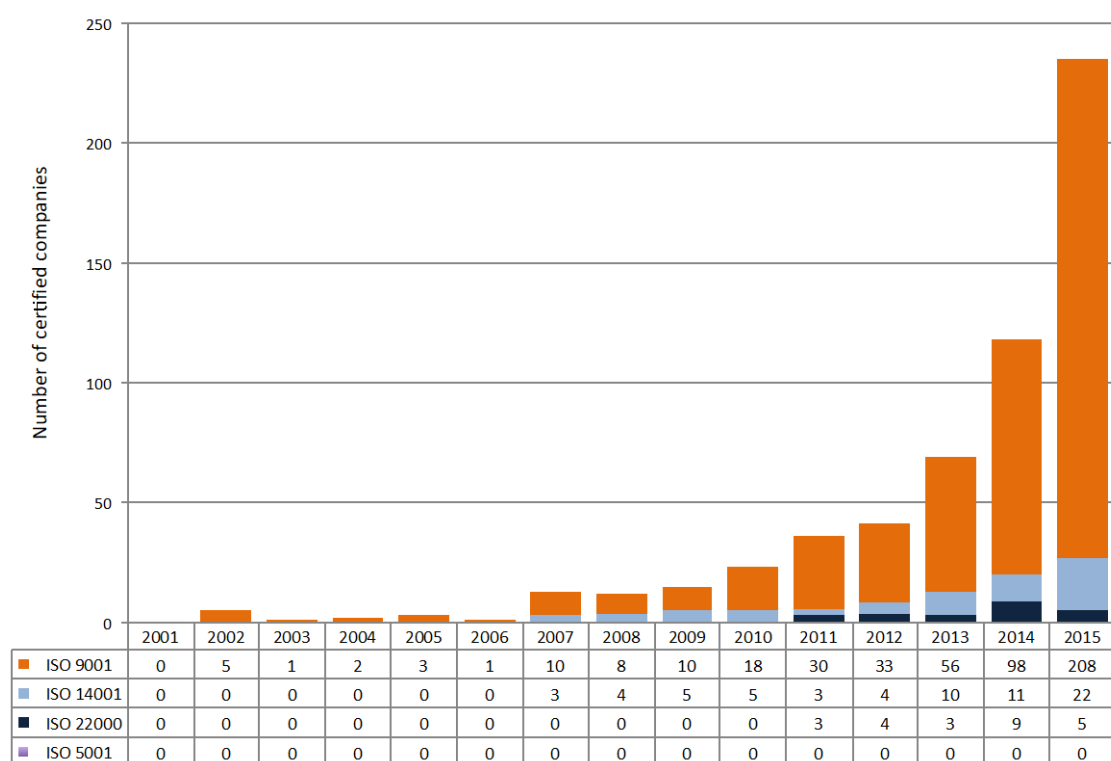


Figura 3: Número de empresas com certificado ISO em Angola

A certificação ISO adiciona credibilidade a qualquer empresa produtora de produtos, especialmente quando esses são exportados para mercados estrangeiros. Cada vez mais, é um requisito, que muitas vezes é parte de acordos contratuais, para empresas que buscam participar de Cadeias Globais de Valor (GVCs). Por exemplo, empresas de processamento de alimentos geralmente exigem certificação ISO para exportar seus produtos através de CGVs, bem como através de distribuidores e comerciantes a varejo internacionais.

E. Política de Investimento

O ambiente de negócios de Angola continua sendo um dos mais difíceis do mundo. Os investidores locais e internacionais devem levar em consideração um sistema financeiro subdesenvolvido, infraestrutura precária, mão-de-obra abundante, mas não qualificada, e custos operacionais extremamente altos. O transporte de superfície dentro do país é lento e caro, enquanto a burocracia e as ineficiências portuárias complicam o comércio e aumentam os custos (WBG, 2017a). O país procura ativamente investimento direto estrangeiro (IDE), embora também estabeleça barreiras para proteger as empresas

domésticas. Hoje, o sector petrolífero ainda domina a economia, respondendo por cerca de 30% do PIB e absorvendo a maior parte do IDE (OMC, 2015). A Figura 4 mostra os fluxos de entrada e estoque de IDE em Angola entre 2000 e 2015 (UNCTAD, 2017c).

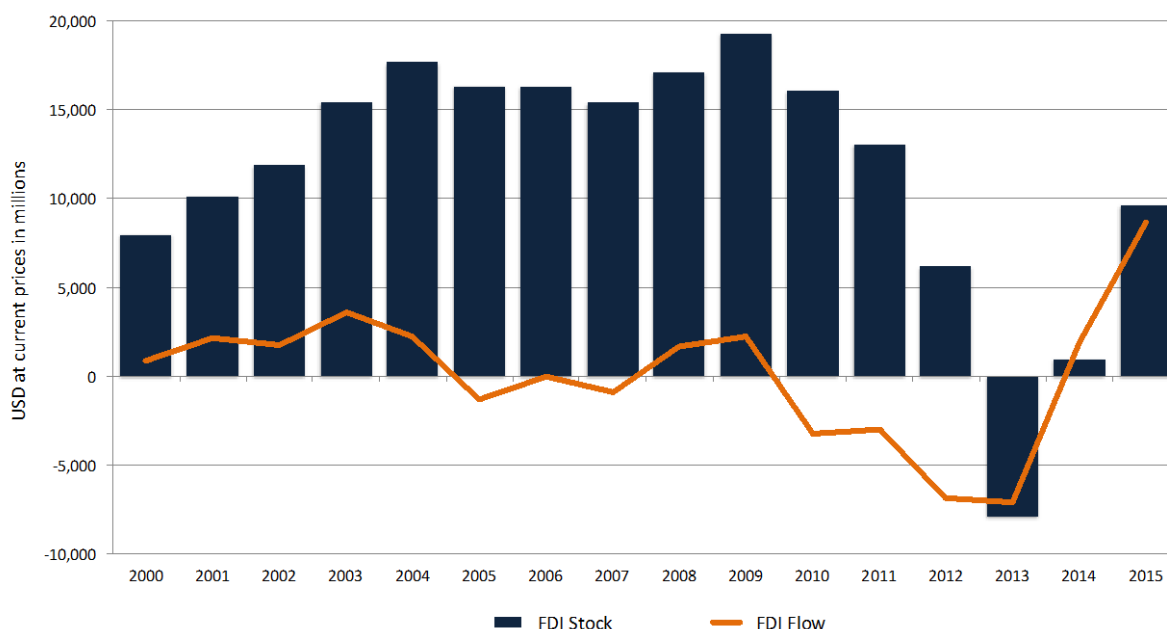


Figura 4: Fluxos de investimento externo para Angola e estoque total entre 2000 e 2015

A Lei de Investimentos de Angola de 2015 alterou significativamente a forma como o governo trata os investidores estrangeiros versus os investidores nacionais. A maior mudança é um novo requisito de participação local de 35% para o investimento estrangeiro nos seguintes sectores estratégicos:

- Eletricidade e Água;
- Turismo e hospitalidade;
- Transporte e logística;
- Telecomunicações e tecnologia da informação;
- Construção; e
- Meios de comunicação.

Os investimentos em outros sectores-chave de mineração, finanças e petróleo são regidos por leis diferentes. A Lei no. 20, de 20 de maio de 2011, estabelece as bases do investimento privado no país e não exige parcerias locais, com exceção dos sectores de energia, bancário e de seguros, embora, para aumentar as chances de sucesso, a maioria das operadoras estrangeiras tivesse associados locais de algum tipo. O requisito

mínimo de participação local de 35% provavelmente desafia os investidores estrangeiros que buscam grandes projetos de investimento na qualificação de parceiros locais, especialmente devido a restrições locais de capital, bem como a falta de capacidade técnica em certas indústrias (ITA, 2017).

É importante mencionar que Angola é membro da OMC desde 1996, mas não houve análises de políticas de comércio para Angola nos últimos três anos. A última revisão é de setembro de 2015¹⁰ (OMC, 2015).

Facilitação de Negócios

Em 2016, Angola tornou o pagamento de impostos mais fácil e menos dispendioso, reduzindo a frequência dos pagamentos antecipados do imposto sobre o rendimento das sociedades e aumentando as deduções permitidas para provisões para devedores duvidosos. Ao mesmo tempo, os encargos de juros de Angola relacionados com empréstimos de acionistas não são dedutíveis para fins de imposto de renda corporativo. Angola adotou uma nova lei laboral que reduziu o prémio salarial por horas extraordinárias e trabalho noturno e aumentou o prémio salarial para o trabalho nas férias semanais. A lei também estendeu a duração máxima dos contratos com prazo determinado e fez contratos a termo capazes de serem usados para tarefas permanentes, redução do pagamento de indenizações por despedimento de empregados com cinco e dez anos de emprego contínuo e aumento da indenização para empregados com um ano contínuo (ITA, 2017).

A modernização dos serviços, com destaque para a instalação de plataformas electrónicas, simplificação e desburocratização em diversos sectores na economia local serviram para facilitar a geração de negócios em Angola. O Sistema de Licenciamento Industrial via Web (SILAI), lançado pelo Ministério da Indústria, é um bom exemplo de plataforma electrónica instalada, que permitiu a melhoria do ambiente de negócios em Angola. Desde o seu lançamento, em Julho de 2017, o SILAI já emitiu 224 alvarás, entre definitivos, provisórios e uns tantos prorrogados.

¹⁰ Com base no Anexo 3 do Acordo de Marrakesh, os PMDs são revisados a cada 6-7 anos. Embora não haja revisão da política de investimento, as revisões da política comercial tratam brevemente do assunto no Capítulo 2.

A Agência Angolana para Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX), alojada no MINCO, foi substituída pela Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX)¹¹ que tem responsabilidade exclusiva pela recepção, negociação e aprovação de projetos de investimento privado, bem como pelo acompanhamento e supervisão da implementação dos mesmos, visando igualmente a promoção das exportações.

Adicionalmente, encontra-se em discussão uma nova Lei do Investimento Privado, cujo projeto (já aprovado em Conselho de Ministros), entre outros:

- Elimina a obrigatoriedade de parceria com cidadãos angolanos nos sectores estratégicos, e o montante mínimo de investimento para acesso a benefícios e incentivos;
- Estabelece um regime simplificado de investimento; e
- Prevê benefícios relativos a vistos e repatriamento de capitais para determinados projetos.

¹¹ Decreto Presidencial no. 81 de 19 de março de 2018.

III. COMÉRCIO E CRESCIMENTO ECONÔMICO EM ANGOLA

Angola realizou progressos substanciais em termos económicos e políticos desde o fim da guerra civil, em 2002. No entanto, o país continua a enfrentar enormes desafios de desenvolvimento que incluem a redução da dependência do petróleo, a diversificação da economia, a reconstrução de sua infraestrutura, o melhoramento da capacidade institucional, da governança, dos sistemas de gestão pública financeira, dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições de vida da população local. Grandes bolsões da população ainda permanecem na pobreza e sem acesso adequado aos serviços básicos; no entanto poderiam se beneficiar de políticas de desenvolvimento mais inclusivas e (BAD, 2017; GBM, 2017b).

Enquanto a estrutura institucional inadequada dificulta a diversificação da economia, o ambiente de negócios local desafiador inibe o crescimento de atividades de agregação de valor no país (GBM, 2017a). Como resultado, o petróleo e o gás são, de longe, as indústrias mais importantes em Angola. Tendo em conta a dependência das receitas de exportação concentradas na dominante indústria petrolífera, a maior parte da atividade econômica está localizada nesse sector. Mesmo que as receitas de exportação de petróleo continuem a ser fonte dominante do país de IED para os próximos anos, a sua quota tenderá a diminuir e outros sectores devem avançar através da diversificação econômica, a fim de permitir o crescimento econômico e estabilidade (ITA, 2017).

A. Crescimento econômico sustentado a longo prazo

Angola é um importante país produtor de petróleo e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com uma produção de cerca de 1,8 milhões de barris de petróleo por dia, tornando-se um dos principais produtores da África Subsaariana. O país detém reservas de gás comprovadas significativas, bem como recursos minerais extensivos, como diamantes e urânio (ITA, 2017).

Desde 2015, Angola enfrenta um grave retrocesso económico atribuído em grande parte à queda significativa dos preços do petróleo. Cortes orçamentários federais resultantes da queda dos preços do petróleo, desvalorização da moeda e altos níveis de inflação prejudicaram o crescimento econômico (AfDB, 2017; ITA, 2017; WBG, 2017b). O aumento da pressão para reduzir os custos de produção, juntamente com as restrições

contínuas ao acesso à moeda estrangeira, levou a uma redução significativa das empresas de serviços petrolíferos, empreiteiros e operadores, incluindo o fechamento de operações em certas empresas (ITA, 2017).

Angola possui um alto nível de concentração de produtos de exportação, mesmo para padrões de outros grandes exportadores de petróleo. Além disso, estas exportações atingem um número limitado de mercados de destino, o que sugere que as empresas angolanas enfrentam obstáculos limitadores de sua capacidade de participar na economia global. O reforço da competitividade das exportações do sector não petrolífero (incluindo indústrias extrativas não petrolíferas) ajudará a manter um excedente estável da balança corrente e a reduzir a exposição de Angola à volatilidade dos termos de troca. Do lado fiscal, a receita tributária não petrolífera como percentagem do PIB não petrolífero tem diminuído consistentemente nos últimos anos, destacando a necessidade de reformar o sistema tributário para reduzir a exposição às flutuações nas receitas relacionadas ao petróleo (WBG, 2017b, 2014). A Figura 5 mostra o PIB angolano entre 2000 e 2016 por principal sector produtivo (UNCTAD, 2017c).

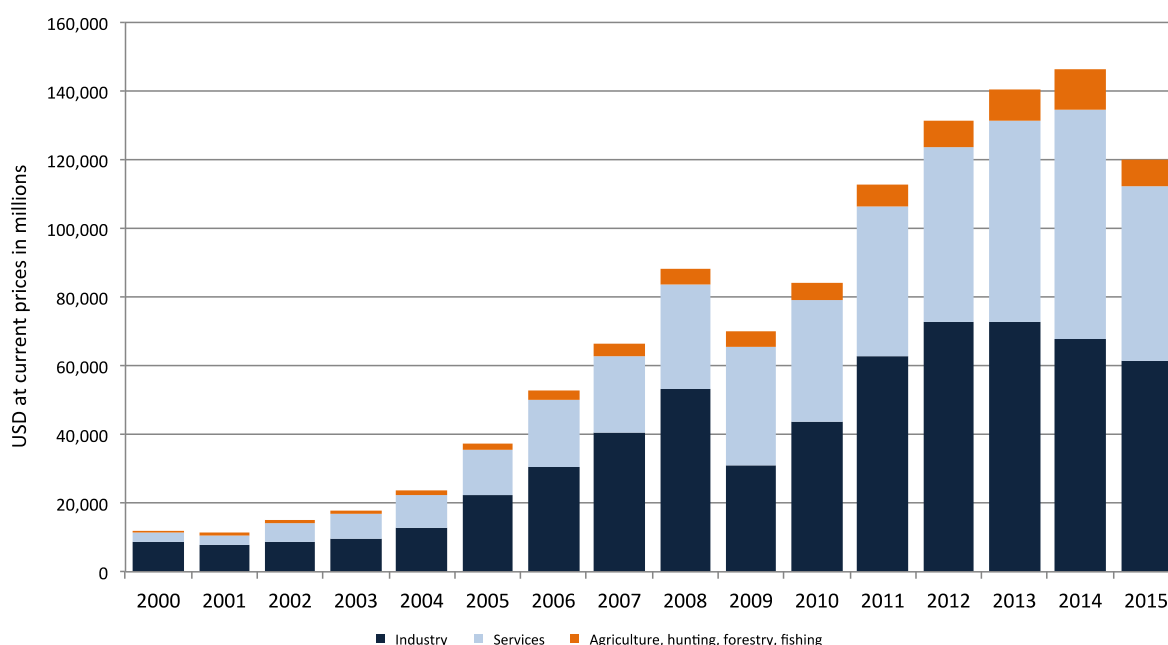


Figura 5: PIB angolano entre 2000 e 2016 por sector produtivo

O crescimento nos sectores não petrolíferos aumentou nos últimos anos (ver Figura 6). Esta expansão tem o potencial de impulsionar, de forma permanente, a produção económica; pois o fortalecimento da competitividade das exportações do sector não-petrolífero reduzirá a exposição de Angola à volatilidade dos termos de troca (WBG, 2014). Um dos sectores não petrolíferos que apresenta a maior taxa de crescimento é a agricultura (por exemplo, 102 por cento). No entanto, o sector enfrenta muitos desafios, incluindo baixa produtividade, estradas precárias, cadeias de suprimento desarticuladas, baixa qualificação e acesso limitado à eletricidade e a esquemas de irrigação.

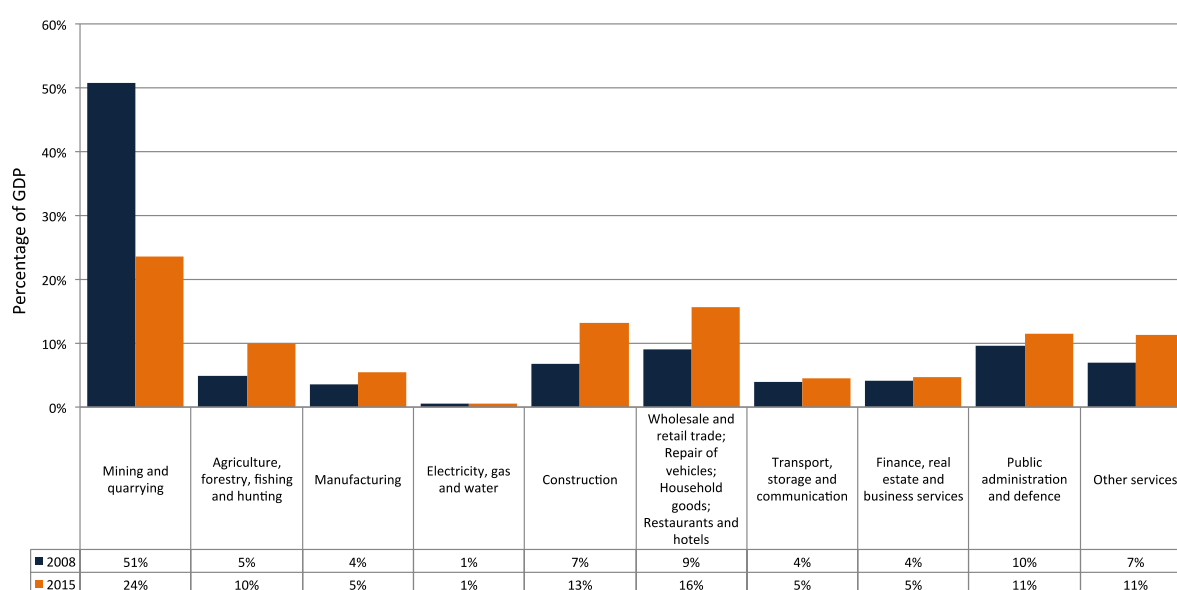


Figura 6: Comparação da parcela do PIB por sector entre 2008 e 2015.

Em outubro de 2016, o governo reativou o Fundo de Desenvolvimento Agrário para apoiar o sector em parceria com o sector privado. A produção agrícola deverá crescer 7,3% em 2017 devido aos investimentos planejados em sistemas de irrigação e ao apoio a cooperativas agrícolas. Esses investimentos visam a impulsionar a produção de cereais e o suprimento nacional de frutas. A pesca, que foi o sector com o maior crescimento de produção entre 2008 e 2015 (por exemplo, 133%), deverá crescer continuamente em média 2,3% até 2017, embora abaixo da meta de 5,7% definida no Plano Nacional de Desenvolvimento (2013– 2017) devido à inadequada infraestrutura de processamento de peixe e falta de financiamento (Muzima e Gallardo, 2017).

B. Visão Geral do Comércio Angolano

De 2009 a 2012, o valor das exportações de Angola aumentou 74 por cento para mais de 70 mil milhões de dólares em 2012, diminuiu, em 2013, para cerca de 33 mil milhões de dólares em 2015. As exportações angolanas diminuíram 53 por cento entre 2012 e 2015 (WBG, 2017c). No mesmo período, as importações de Angola seguiram a mesma tendência e aumentaram 20 por cento, para 28 mil milhões de dólares em 2012 e diminuíram ainda para quase 17 mil milhões de dólares em 2015 (WBG, 2017c). No geral, esses fatores contribuíram para um declínio do superavit comercial (ver Figura 7).

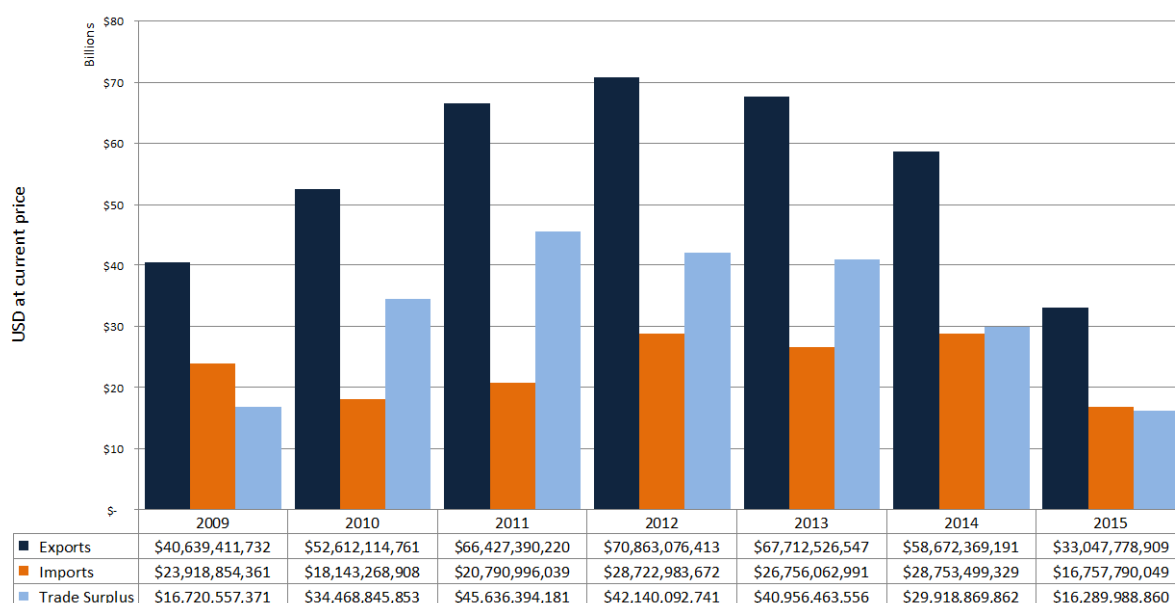


Figura 7: Visão geral do comércio angolano entre 2009 e 2015

Os dados do comércio angolano mostram que as exportações de bens são a principal fonte de receita e representam 96% de todas as exportações. Em relação à exportação de serviços, o turismo é responsável por 93% e é seguido por outros serviços, que representam cinco por cento e transporte representa dois por cento em 2015 (UNCTAD, 2017c). Em relação às exportações de bens, o comércio do país é dominado pelo petróleo bruto, cerca de 95% do total das exportações em 2015 (WBG, 2017c).

A figura 8 mostra a participação das exportações por tipo de mercadoria.

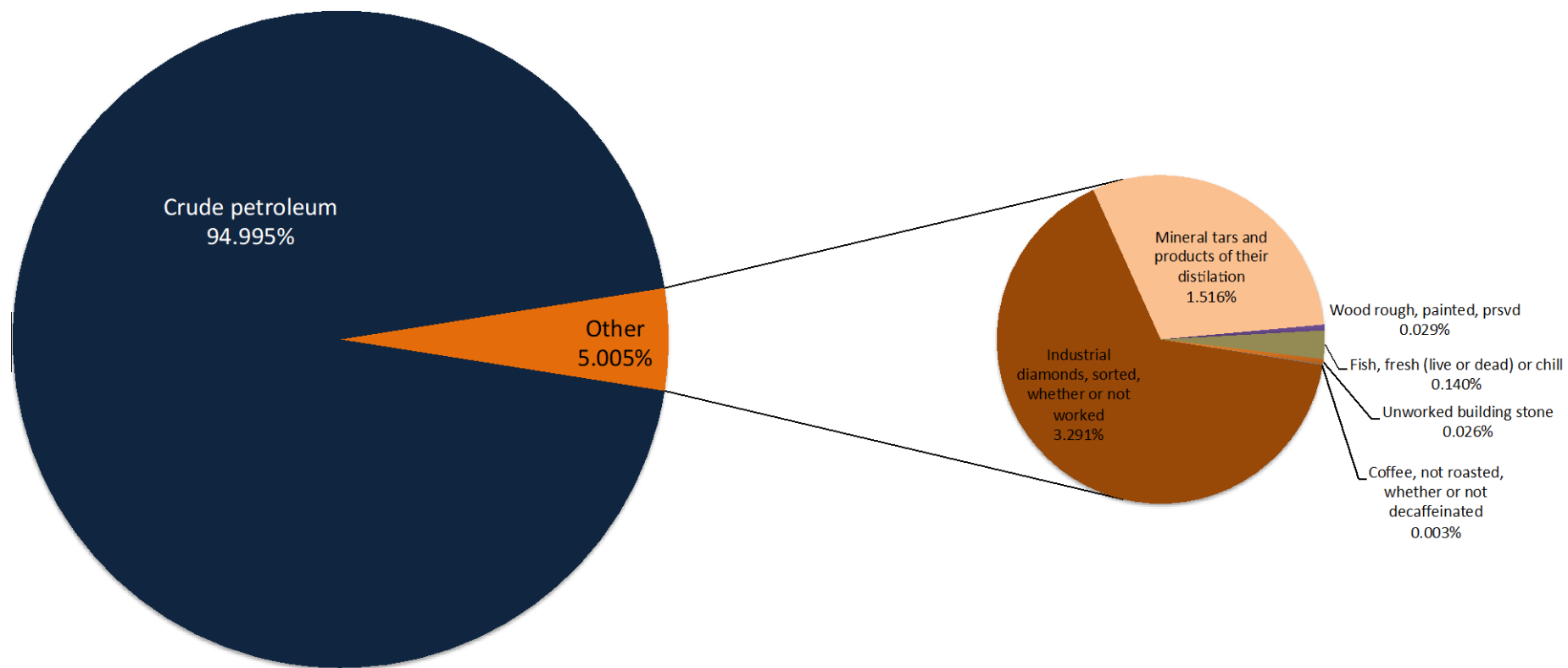


Figura 8: Exportação de mercadorias angolanas em 2015

As exportações de mercadorias angolanas são principalmente enviadas para países asiáticos, dos quais a China é responsável por 79 por cento. A Figura 9 mostra o destino de exportação por região geográfica e a Tabela 2 lista os três principais parceiros comerciais de Angola em 2015 (WBG, 2017c).

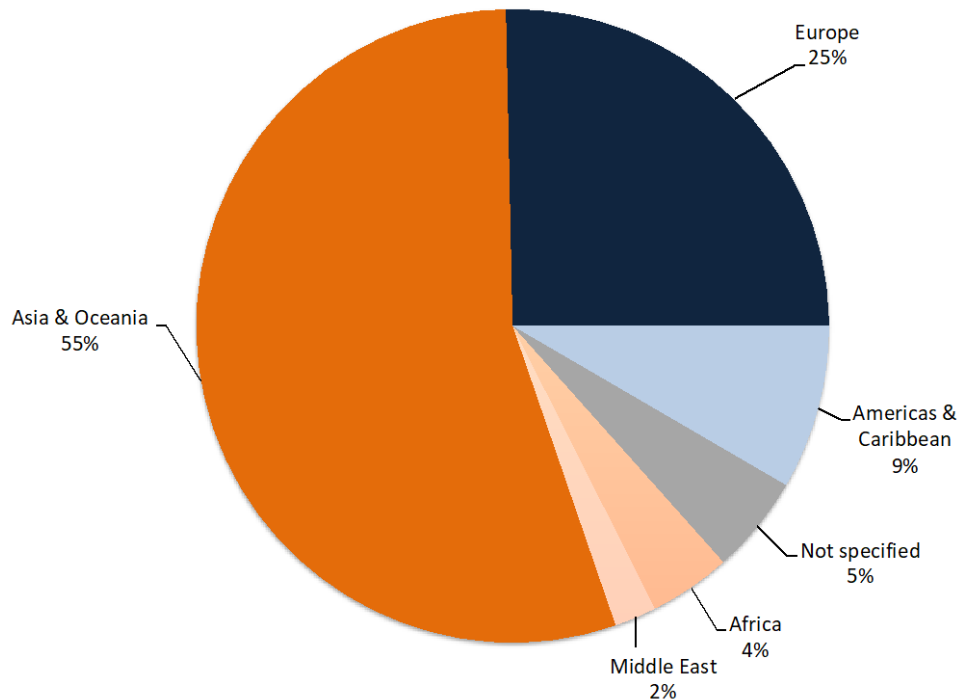


Figura 9: Destino de exportação por região geográfica em 2015

Tabela 2: Os três principais parceiros comerciais de Angola e os seus valores em 2015

Parceiro Comercial (Importadores)	Valores de exportação angolanos (USD a preços correntes em milhares)	Classificação do produto (SITC code)
China	14,275,789	Petróleo bruto (3330)
		Madeira bruta, envernizada, prsvd (2473)
		Peixe fresco (vivo ou morto) ou frio (0341)
Índia	2,675,574	Petróleo bruto (3330)
		Pedra de construção não trabalhada (2731)
		Madeira bruta, envernizada, prsvd (2473)
Espanha	2,240,594	Peixe fresco (vivo ou morto) ou frio (0341)
		Petróleo bruto (3330)
		Madeira bruta, envernizada, prsvd (2473)
		Café não torrado, mesmo descafeinado (0711)

C. Identificação dos Produtos Verdes Competitivos

A aplicação da Product Space Methodology (PSM) ao conjunto completo dos dados de exportação de Angola de 2015 ajuda a identificar e localizar os produtos do país em relação à produção global e à rede de exportação (Hidalgo e Hausmann, 2009). A Figura 10 mostra a rede global de exportações e onde os produtos angolanos estão localizados. Os nós na rede representam produtos e seu tamanho é proporcional ao total do comércio mundial nesse bem. As ligações conectam produtos com alta probabilidade de serem coexportados. Em suma, as ligações mostram a cadeia de valor global, na qual os produtos são processados como produtos intermediários até chegar aos mercados finais. O PSM mostra que muitos produtos se agrupam naturalmente em comunidades altamente conectadas. Isso sugere que os produtos nessas comunidades usam um conjunto semelhante de recursos e processos de agregação de valor. Podemos identificar comunidades porque os produtos que pertencem a elas estão mais intimamente ligados entre si do que com produtos fora da comunidade (Hausmann et al., 2011).

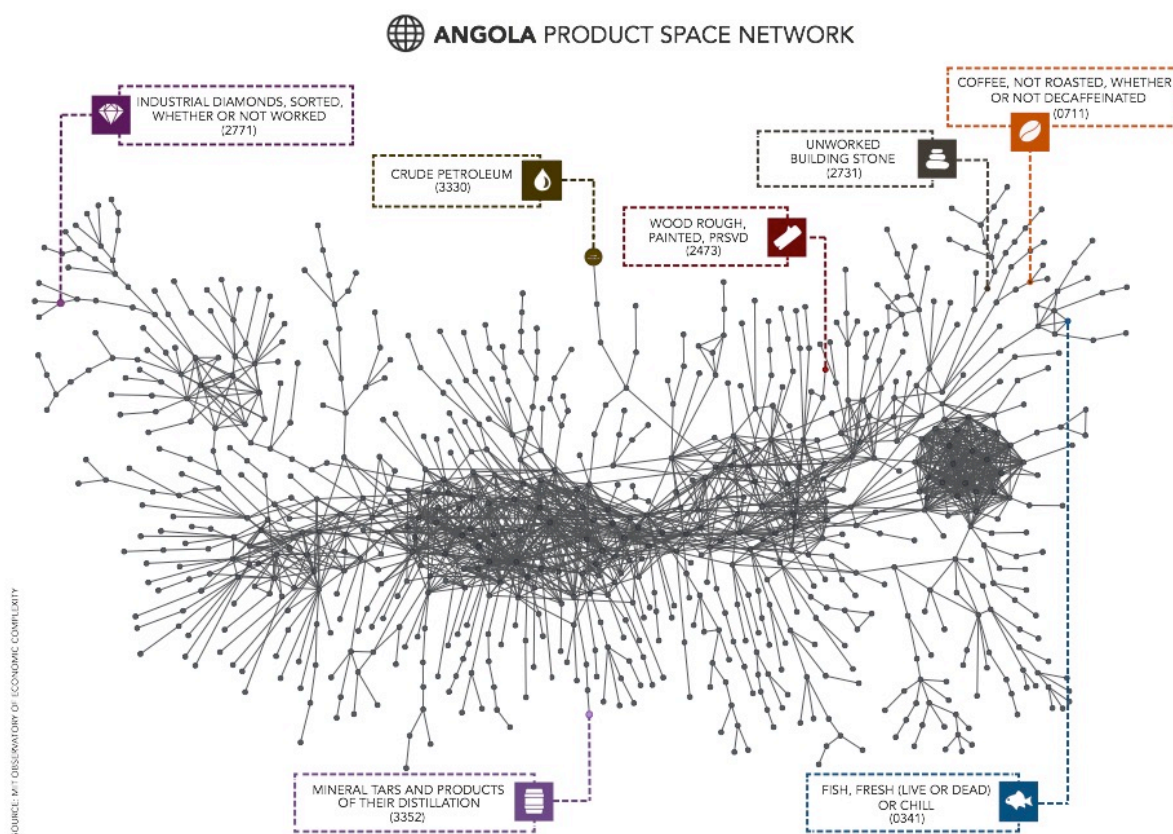


Figura 10: Product Space das exportações de Angola

Uma vantagem interessante de usar o PSM baseia-se nas evidências empíricas do seu conceito bastante intuitivo; os países tendem a diversificar suas economias através de produtos intimamente relacionados. Ao diversificar sua base de exportação, um país muitas vezes tende a aumentar as exportações de produtos no Product Space que estão próximos a produtos que o país já exporta de maneira competitiva. Muito raramente, diversifica-se para produtos diferentes e distantes dos que já são competitivos no Product Space do país (Hamwey et al., 2013).

Enquanto o PSM é usado para identificar a base de exportação de um país, o RCA é usado para calcular a vantagem relativa ou a desvantagem de um país em uma determinada classe de bens ou serviços. A RCA indica se um país que está em processo de ampliar os produtos nos quais possui um potencial comercial, ao contrário de situações nas quais o número de produtos que podem ser exportados competitivamente é estático. Além disso, a RCA pode fornecer informações úteis sobre potenciais comerciais com novos parceiros e sobre outros produtos não tradicionais que podem ser exportados com sucesso. Em suma, o índice RCA do país “A” para o produto “x” é

frequentemente medido pela participação do produto nas exportações do país em relação à sua participação no comércio mundial (Hamwey et al., 2013; WBG, 2017c). A Figura 11 mostra os bens de exportação angolanos e a sua RCA em 2015. As barras apresentam valores negociados expressos em dólares (USD) ao preço atual em milhares e a linha representa o índice RCA para cada um dos bens de exportação angolanos. O gráfico foi construído usando a escala de base -10log para reduzir a ampla gama de dados para um tamanho mais gerenciável e melhorar a visualização.

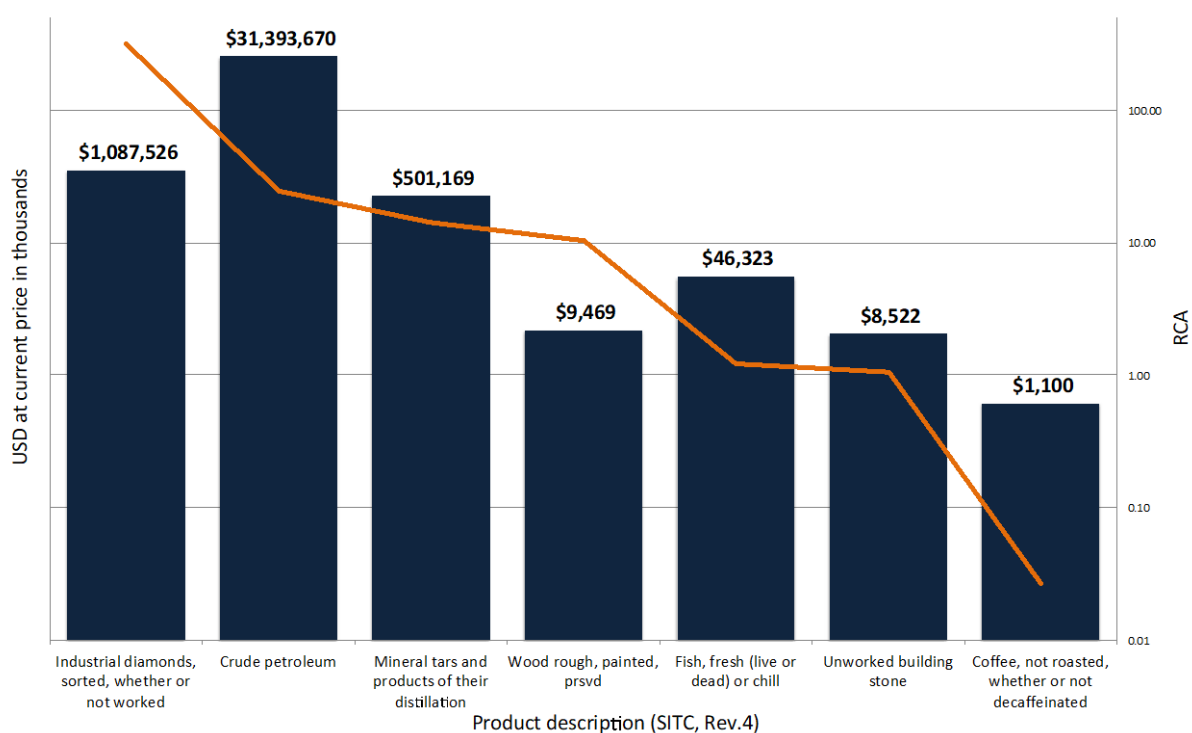


Figura 11: RCA Dinâmica das Exportações de Angola em 2015

Todos os produtos apresentam uma RCA acima de 1, com exceção do café. A Tabela 3 resume os resultados (WBG, 2017c).

Tabela 3: Índice de RCA angolano por tipo de produto em 2015

Código SITC (Rev.4)	Descrição	RCA	Participação das exportações (Percentagem)
2771	Diamantes industriais, triturados, mesmo trabalhados	318.20	3.291
3330	Petróleo bruto	24.36	94.995
3352	Alcatrões minerais e produtos derivados de sua destilação	14.02	1.516
2473	Madeira bruta, envernizada, <i>prsvd</i>	10.23	0.029
0341	Peixe fresco (vivo ou morto) ou frio	1.21	0.140
2731	Pedra de construção não trabalhada	1.06	0.026
0711	Café, não torrado, descafeinado ou não	0.03	0.003

A Tabela 3 mostra que Angola tem uma grande vantagem comparativa evidenciada em diamantes e produtos à base de petróleo. O país também possui vantagem significativa em produtos de madeira e peixe. Em todos os casos, as suas elevadas RCAs são o resultado das dotações naturais de Angola para a produção de bens primários, escassos e com grande procura em todo o mundo. No entanto, depender de produtos primários resulta em um crescimento de renda menor do que os países que produzem bens de valor agregado (ou seja, bens intermediários ou produtos finais) (WBG, 2017a).

A produção de produtos primários é geralmente realizada por mão de obra não qualificada. Portanto, uma economia especializada em produtos primários pode deixar de

ter incentivos suficientes para investir na produtividade do trabalho, o que ajuda o desempenho de longo prazo da economia local (OCDE, 2016). Além disso, produtos primários como petróleo bruto e diamantes são recursos finitos. Portanto, há sempre o perigo de que, quando esses recursos forem esgotados, a economia perca sua principal receita de exportação. Por último, o preço dos produtos primários tende a ser muito mais volátil, o que pode prejudicar a economia de Angola, conforme demonstrado pela recente baixa no petróleo nos mercados internacionais (ver Figura 5).

A diversificação é uma das abordagens mais estratégicas para evitar o risco de dependência de diamantes e produtos à base de petróleo e assegurar uma economia nacional sustentável.

Enquanto o sector agrícola – incluindo a pesca e a silvicultura – representa menos de um por cento da receita angolana de exportação, emprega 70 por cento da população economicamente ativa. Como resultado, os produtos verdes associados ao sector agrícola têm o maior potencial para serem impulsionadores da transformação socioeconômica e preservação ambiental em Angola.

Três dos sete produtos exportados por Angola podem ser classificados como produtos verdes relacionados ao sector agrícola pois possuem potencial para promover a economia local e auxiliar no alcance dos ODS. Além disso, esses três produtos - madeira, peixe e café - e seus processos de agregação de valor têm o potencial de impulsionar a transformação socioeconômica e a preservação ambiental em Angola. A Tabela 4 resume seus principais números de exportação.

Tabela 4: Principais números de exportação de produtos verdes selecionados em Angola em 2015

Código SITC (Rev.4)	Descrição	Valor Comercial (USD a preço atual em milhares)
0341	Peixe fresco (vivo ou morto) ou frio	\$ 46,323
2473	Madeira bruta, envernizada, <i>prsvd</i>	\$ 9,469
0711	Café, não torrado, descafeinado ou não	\$ 1,100

IV. PRODUTOS VERDES SOB ANÁLISE PRELIMINAR

O choque do preço mais baixo do petróleo para a economia angolana significa que as previsões para os próximos anos estão cheias de incerteza. A estratégia para mitigar esta crise é mover a economia para a diversificação. Espera-se que a agricultura desempenhe um papel fundamental no aumento das exportações do país e na geração de ganhos em moeda estrangeira. Igualmente importante é fomentar investimentos em infraestrutura, aprofundar as reformas do sector financeiro, desenvolver habilidades profissionais e melhorar o ambiente de negócios.

Neste contexto, os produtos verdes seleccionados – madeira, peixe e café – podem ser usados pelo governo local para ajudar sua estratégia de desenvolvimento territorial, que é criar uma rede de polos de desenvolvimento e investir no desenvolvimento socioeconômico de longo prazo de Angola. A Figura 12 mostra os valores das exportações angolanas de produtos verdes seleccionados entre 2009 e 2015.

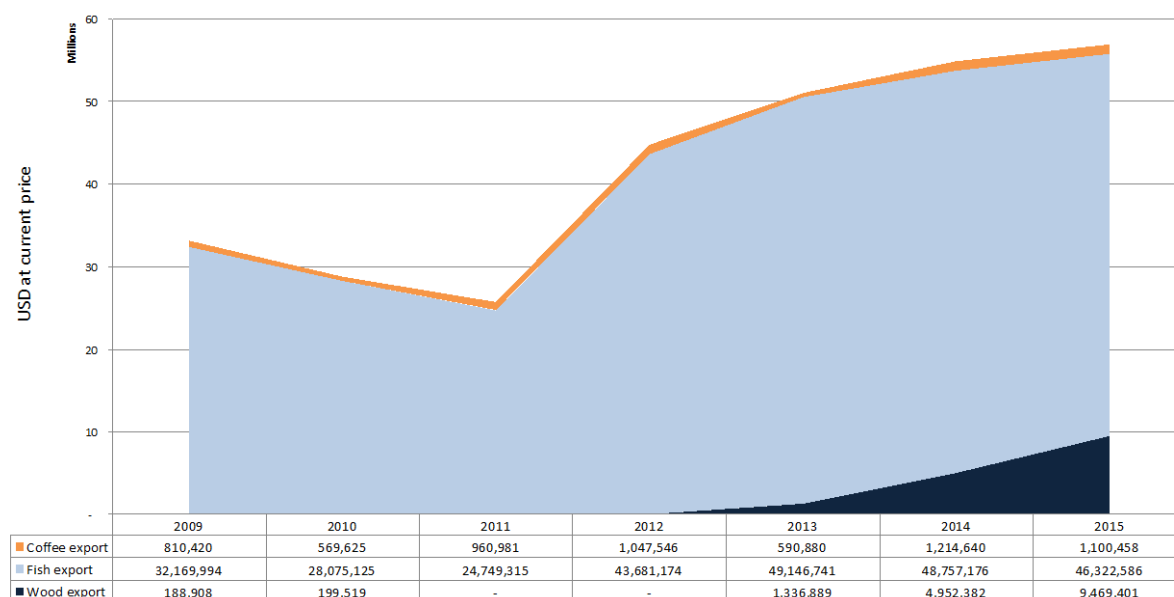


Figura 12: Exportações de produtos verdes seleccionados entre 2009 e 2015

A Figura 12 mostra que os valores globais de exportação de produtos verdes seleccionados aumentaram 75% desde 2009. No entanto, não fica claro se as exportações de produtos verdes estão melhorando, piorando ou estagnadas. A análise ano após ano (YoY) é uma maneira eficaz de avaliar suas taxas de crescimento. A Figura 13 mostra a variação anual por tipo de produto verde e as exportações globais entre 2009 e 2015.

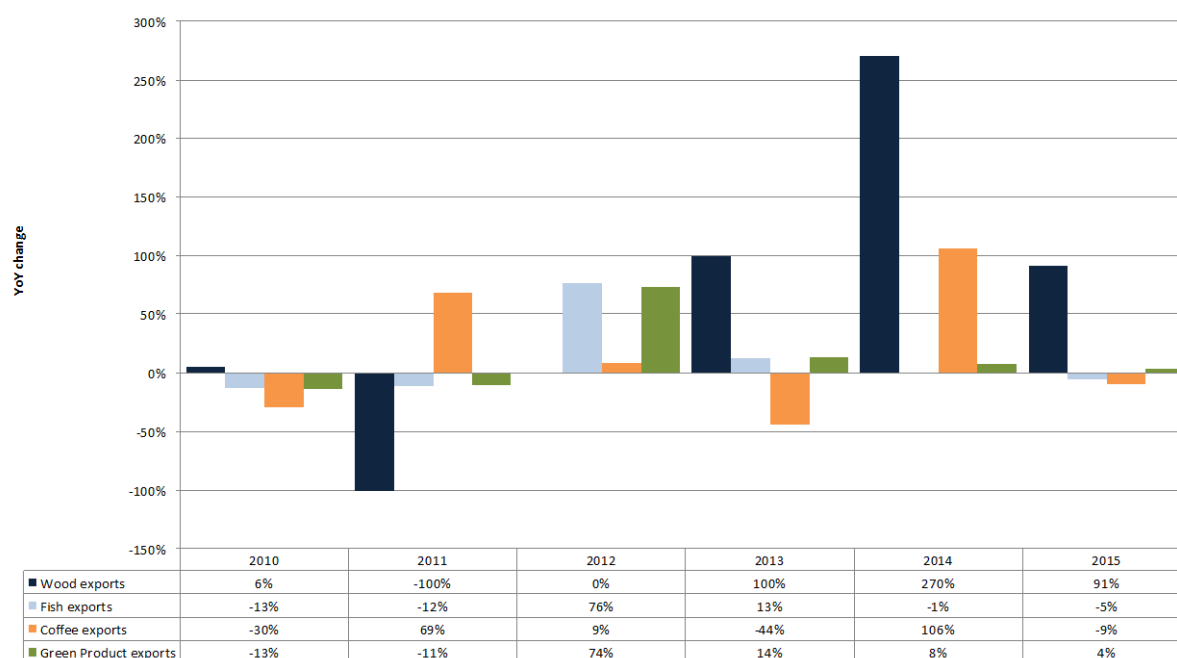


Figure 13: Variação ano-a-ano nas exportações de alguns produtos verdes em Angola entre 2009 e 2015

A Figura 12 mostra que as exportações de produtos verdes aumentaram em 75% no período entre 2009 e 2015, mas em uma base anual nos últimos sete anos, sua média anual aumentou apenas 13% e os números estão em declínio. Assim, o aumento das exportações de produtos verdes exigirá investimentos em infraestrutura, redução gradual das importações, aprofundamento das reformas do sector financeiro e melhoria do ambiente de negócios local (por exemplo, redução da burocracia e facilitação do crédito). Além disso, exigirá o desenvolvimento de competências a nível nacional, o que torna o NGER angolano uma ferramenta importante para ajudar Angola desenvolver os sectores verdes do país, através da formação de profissionais locais aptos a avaliar potencialidades nacionais e lidar com políticas sectoriais.

A. Exportações de Madeira

A indústria madeireira oferece um enorme potencial de desenvolvimento em Angola. De acordo com o Centro Internacional de Pesquisa Florestal, a madeira doméstica ou os mercados madeireiros comunitários na África Subsaariana empregam centenas de milhares de pessoas. É uma indústria que fornece emprego e renda para comunidades inteiras e que tem enorme importância socioeconômica e ambiental, especialmente para os países menos desenvolvidos (CIFOR, 2017).

A população rural de Angola é um dos principais e diretos beneficiários dos recursos florestais e florestais, uma vez que parte das suas vidas tem um longo e vital elo com a floresta. Além da produção agrícola, a floresta é um dos principais recursos de renda e fonte de energia para vários habitantes rurais e periurbanos. Em Angola, há muitos produtores de madeira em pequena escala realizando atividades de processamento de carvão vegetal e também contribuindo significativamente para os processos de exploração florestal quando recrutados por exploradores florestais. Além disso, da floresta são coletados inúmeros produtos, que se comercializam para melhorar a renda familiar (FAO, 2017).

Angola é um dos exportadores de madeira de mais rápido crescimento do mundo, de cerca de 300 toneladas de madeira em 2009 para 15.000 toneladas em 2015, o que se reflete na alta RCA do país para esse produto (WBG, 2017c). O atual boom nas exportações angolanas de madeira é em grande parte resultado do crescimento intensivo de recursos da China. A madeira tropical é de interesse estratégico para a China, porque a madeira está alimentando as indústrias de processamento chinesas. As necessidades totais de insumos tropicais na China superaram as capacidades domésticas de produção de madeira a tal ponto que a China depende da madeira importada para manter seu sector de processamento de madeira funcional (Sun et al., 2008). Como resultado, a indústria madeireira tropical de Angola está concentrada na extração e exportação de toras (por exemplo, produtos primários), especialmente para a China. A Figura 14 ilustra as exportações de madeira de Angola por parceiros comerciais e a sua parcela de mercado.

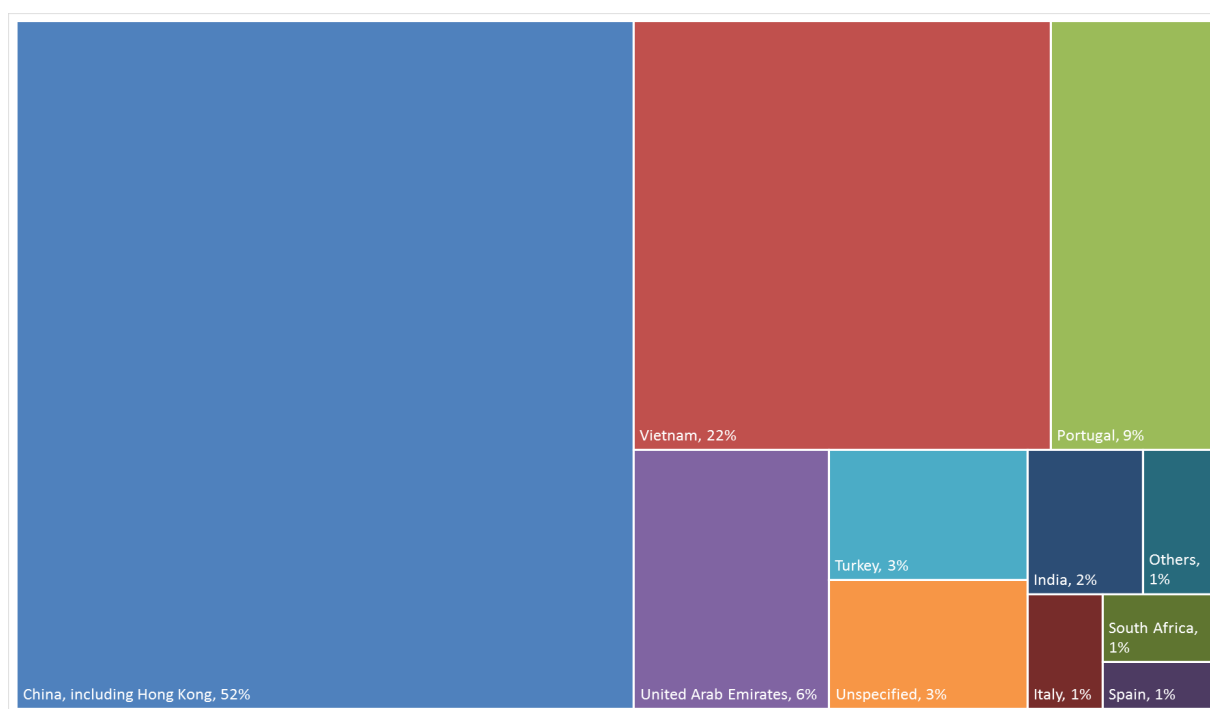


Figure 14: Gráfico hierárquico das exportações madeiras de Angola, por parceiro comercial em 2015

Enquanto Angola exporta produtos primários para a China e outros países, o país ainda importa produtos de madeira processada do exterior porque não tem uma indústria de processamento de madeira desenvolvida. Outro fator dificultador é a falta de dados estatísticos e disponibilidade de informação em relação aos recursos e produtos florestais em Angola. Não há inventário de recursos florestais nos níveis nacional e regional (FAO, 2017). Mesmo sem informação sobre recursos, Angola tem capacidade para aumentar significativamente as exportações de produtos florestais a curto prazo, o que traria uma série de benefícios socioeconómicos positivos às suas comunidades rurais. A Figura 15 mostra uma análise preliminar do SWOT¹² para o sector madeireiro angolano.

¹² SWOT é um acrônimo em inglês que significa Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats).

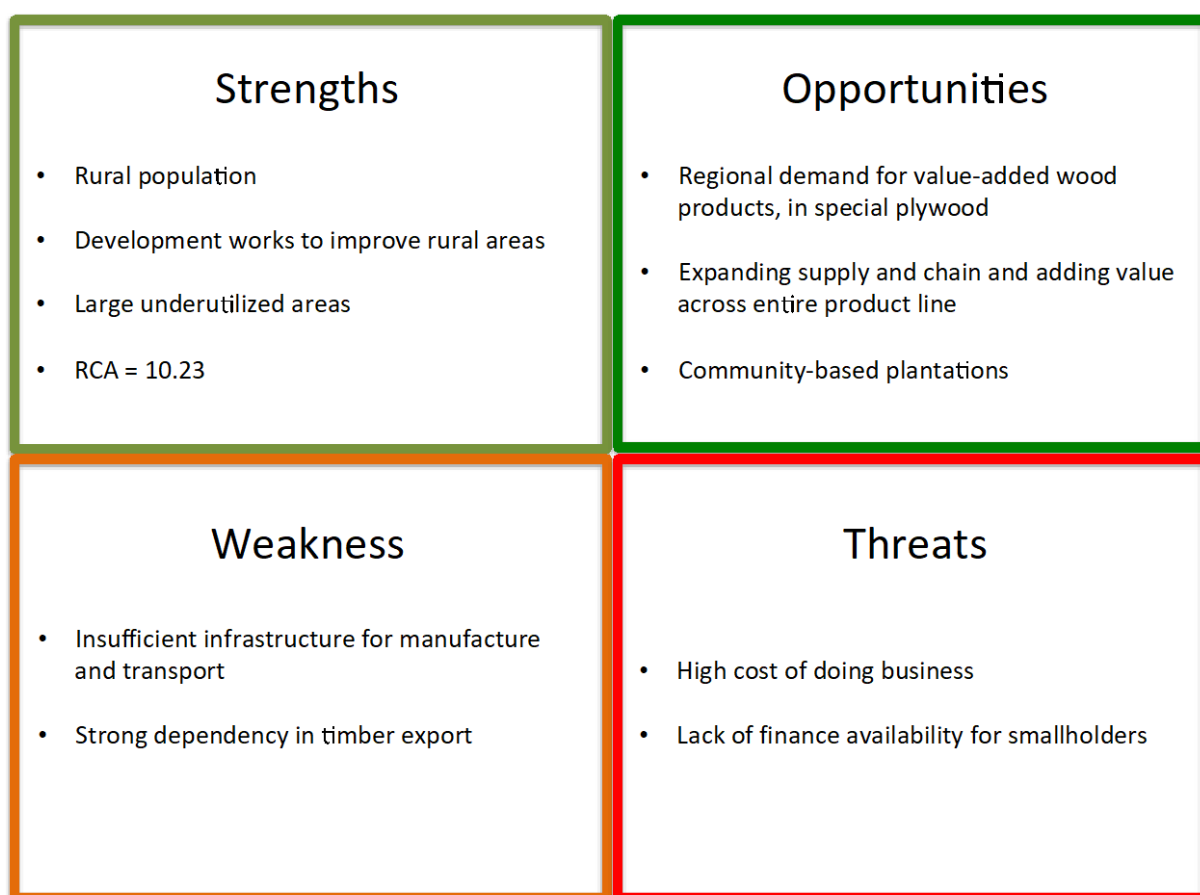


Figura 15: Análise SWOT preliminar para o sector madeireiro de Angola

Há fortes argumentos em pró da colheita sustentável e ao aumento das exportações de produtos florestais das florestas plantadas em Angola. Angola fornece uma combinação excecional de grandes áreas de terra subutilizada (FAO, 2017). Assim, a expansão do sector florestal pode criar empregos locais e contribuir para a criação de uma economia diversa, movendo o país da posição de exportador de produtos primários para um país com uma cadeia de valor mais completa (por exemplo, produção local de compensados, papel e papelão e móveis de madeira).

B. Exportação de Peixe

Angola tem águas costeiras ricas em peixe e um interior com muitos recursos pesqueiros. Sua pesca ativa inclui rios, lagos e reservatórios de água doce. A costa do país tem 1.600 quilômetros (km) de comprimento e suas águas de zona econômica exclusivas cobrem 330.000 km² (FAO, 2007). O país tem muito potencial para aumentar significativamente o tamanho de sua indústria pesqueira. O peixe faz parte da dieta tradicional em Angola e

o consumo atingiu 15 quilos (kg) por ano per capita. Quase um terço da proteína animal necessária para a população vem do peixe. Existe um potencial considerável para aumentar as vendas locais de peixe fresco, seco e / ou processado (FAO, 2007).

O centro de pesca semi-industrial e industrial está sediado em quatro portos principais: Namibe, Benguela, Porto Amboim e Luanda (ITA, 2017). Atualmente, 85 por cento da produção da indústria pesqueira em Angola é consumida internamente. Os restantes 15 por cento são exportados para mercados estrangeiros (FAO, 2014). A Figura 16 ilustra as exportações de peixe de Angola por parceiros comerciais e a sua quota de mercado.

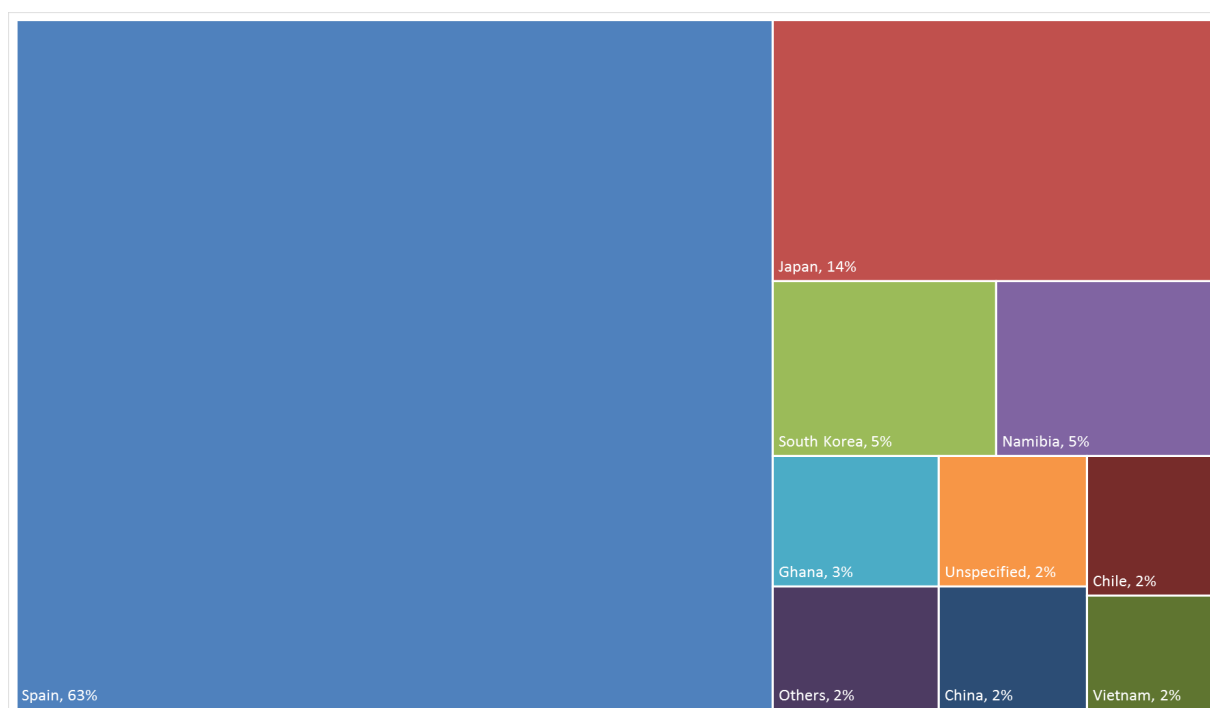


Figura 16: Gráfico hierárquico das exportações de peixe de Angola, por parceiro comercial, em 2015.

A pesca comercial foi responsável por mais de 63% do total de capturas marinhas em 2013, sendo os restantes 37% provenientes da pesca artesanal. Os produtos da pesca artesanal são geralmente vendidos na praia para um pequeno número de comerciantes, que são principalmente mulheres (por exemplo, 80 por cento da força de trabalho), que transportam o peixe para mercados locais ou plantas de processamento. A maioria dos peixes são vendidos localmente frescos, secos ou salgados (FAO, 2014, 2007).

Existe uma grande frota pesqueira artesanal em Angola, com cerca de 100 mil pessoas ganhando a vida no sector pesqueiro, incluindo 50 mil pescadores artesanais,

organizados em grupos que pescam em equipes e compartilham equipamentos, incluindo nove mil barcos, a maioria com motores. As costas das províncias de Benguela e Luanda têm a maior concentração de pesca artesanal.

O governo angolano priorizou o desenvolvimento da pesca artesanal sobre a pesca comercial para melhorar a qualidade da produção e os padrões de vida nas comunidades pesqueiras. Como resultado, o governo está fornecendo centros de microcrédito e apoio regional com instalações para manutenção de barcos e equipamentos, processamento de peixes e docas para os pescadores artesanais (FAO, 2014, 2007; ITA, 2017). A Figura 17 mostra uma análise SWOT preliminar do sector pesqueiro angolano.

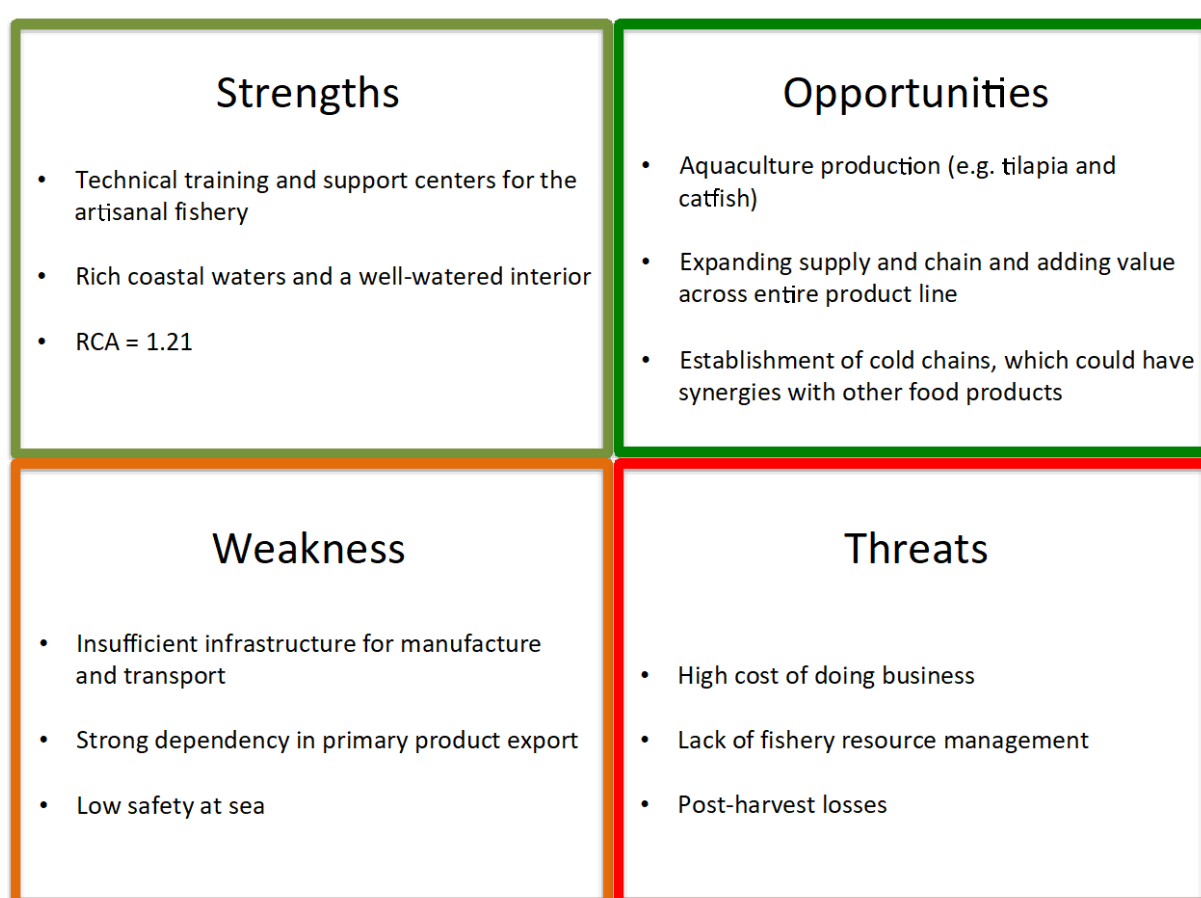


Figura 17: Análise SWOT preliminar do sector pesqueiro angolano.

O governo angolano e as entidades internacionais, tais como a Comissão da Corrente de Benguela, estão fortemente focadas no desenvolvimento da pesca para promover a diversificação da economia do país, gerar oportunidades de emprego e expandir a capacidade de produção de alimentos tanto para o consumo nacional como para a

exportação. De facto, o Ministério das Pescas de Angola (MINPESCAS) tem como estratégia de desenvolvimento para o sector a criação de vários centros de formação e apoio técnico para a indústria da pesca artesanal, bem como instalações regionais de processamento e armazenamento a frio (ITA, 2017).

C. Exportações de Café

Na década de 1970, Angola era o maior produtor de café da África, com produtividade em torno de 500 kg por hectare (kg / ha). Durante a guerra civil, a produção de café foi reduzida a quase zero. O país se estabilizou politicamente desde 2002, mas ainda está longe de seus antigos volumes de produção, o que indica que Angola está longe de reviver sua economia agrícola, especialmente a produção de café.

Atualmente, a produtividade do café é de cerca de 260 kg / ha, em média, devido a grandes diferenças entre plantações antigas (por exemplo, 100 kg / ha) e plantações reabilitadas e bem mantidas (por exemplo, entre 400 e 500 kg / ha) ¹³.

Angola produz dois tipos de café, a *Coffea canephora*, comercialmente denominada Robusta¹⁴ e a *Coffea Arabica*, comercialmente denominada Arábica. O café Robusta angolano é supostamente único no seu gosto e é declaradamente o melhor em qualidade entre os países produtores. Isso se deve provavelmente às práticas agrícolas locais que geralmente cultivam café à sombra e às condições ambientais, como plantação em alta altitude (por exemplo, algumas plantações estão localizadas a cerca de 1.100 metros acima do nível do mar) e tipo de solo (Bellachew, 2015).

Como os outros produtos verdes selecionados – madeira e peixe –, o café também é exportado como um produto primário (por exemplo, grãos de café não lavados). A produção local é baseada principalmente em pequenos produtores – cerca de 98% das fazendas de café ou 25 mil pequenos agricultores – com um tamanho médio de fazenda de 1,7 ha.

Os pequenos agricultores não têm poder de negociação sobre preços e um bom acesso às informações de mercado. Eles não têm ligação direta com os exportadores e são

¹³ A produtividade na Etiópia é estimada em 720 kg/ha em média (Tefera and Tefera, 2013).

¹⁴ Robusta corresponde a 98% da produção nacional de café (Bellachew, 2015).

forçados a vender seu café para intermediários. Cerca de 90% das fazendas de café são monoculturas, o que torna o café a única fonte de renda¹⁵ para muitas comunidades rurais (GCP, 2016). A Figura 18 ilustra as exportações de café de Angola por parceiros comerciais e a suas parcelas de mercado.

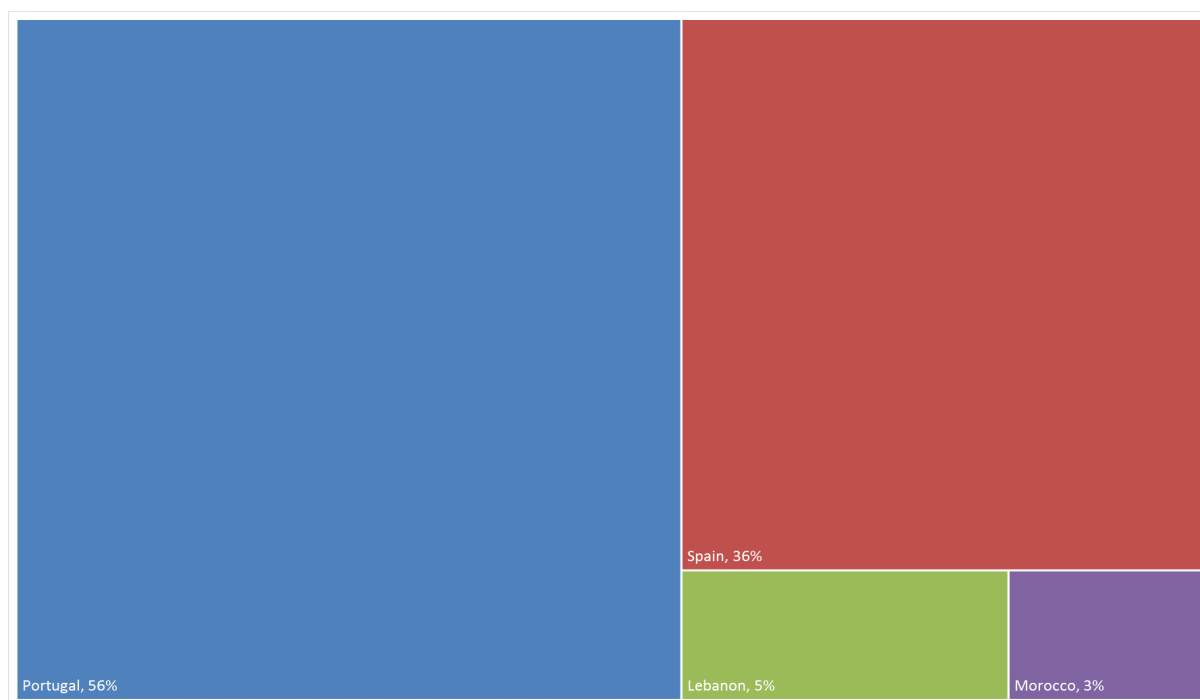


Figura 18: Gráfico hierárquico das exportações de café angolano, por parceiro comercial em 2015

O Instituto Nacional do Café de Angola (INCA) é o órgão governamental responsável por todos os assuntos relacionados ao café no país, o que inclui pesquisa, desenvolvimento e marketing.

No âmbito do programa de diversificação da economia angolana, o INCA lançou um programa para o melhoramento da cadeia de produção cafeeira nacional. O programa de recuperação e desenvolvimento do sector do café visa o aumento da produção interna, o fortalecimento da classe empresarial e a melhoria das condições de vidas das comunidades rurais (aumento das receitas, melhoria da segurança alimentar e nutricional, criação de emprego no meio rural, redução da fome e da pobreza), sobretudo nas regiões cafeeícolas. Neste contexto o programa se estrutura por projectos como se segue:

¹⁵ Os desafios do pós-guerra resultaram em pequenas propriedades sendo gerenciadas geralmente por uma mulher com um tamanho médio de agregado familiar de seis pessoas (GCP, 2016).

- Programa de recuperação e desenvolvimento do sector do café
- Melhoria da assistência técnica ao produtor;
- Produção de mudas de café e plantas sombreadas;
- Industrialização do Café e do Palmar;
- Revitalização dos circuitos de comercialização e dos mercados rurais do café;
- Relançamento da cultura do Palmar e Cacau.

O INCA administra três estações regionais de pesquisa de café bem estabelecidas em Angola, localizadas em diferentes províncias, representando diferentes zonas agroecológicas sob as quais o café cresce no país. Estas estações estão localizadas nas províncias de Cuanza Sul, Uíge e Benguela¹⁶. Enquanto as duas primeiras estações são dedicadas à pesquisa sobre café robusta, a última estação é responsável pela pesquisa sobre café arábica (Bellachew, 2015). A Figura 19 mostra uma análise preliminar do SWOT para o sector cafeeiro angolano.

¹⁶ As estações estão situadas no Município de Amboim na província de Cuanza Sul, no município de Uíge na província do Uíge e no município de Ganda na província de Benguela.



Figura 19: Análise SWOT preliminar para o sector de café angolano.

D. Cadeias de valor dos produtos verdes de Angola

Em cadeias de valor modernas, as matérias-primas (por exemplo, madeira, peixe ou café) são colhidas, processadas em produtos primários, transportadas, processadas em produtos intermediários ou finais e entregues aos usuários finais de tal maneira que o valor total agregado dos produtos é maximizado. Cada ação dentro da cadeia de valor provoca adição de valor ao produto intermediário e benefícios para a economia local. Contudo, Angola – como exportador de produtos primários – não maximiza o valor dos seus produtos verdes. Na verdade, Angola frequentemente concentra as etapas dentro da cadeia de valor que menos se beneficia.

A maior parte da produção agrícola, pesqueira e florestal está sujeita a alguma forma de transformação entre a fazenda e antes de seu uso final. Esta transformação realça o papel potencial que os produtos verdes selecionados desempenham na melhoria da oferta e das cadeias de valor em Angola (Da Silva, 2009). A característica definidora dos produtos

verdes selecionados é a sua natureza perecível, cujo fornecimento e / ou qualidade podem variar significativamente ao longo do tempo. Em condições de qualidade incerta da matéria-prima, o planejamento dos processos de produção e transformação e a obtenção de economias de escala podem ser dificultados, especialmente quando existem parâmetros de qualidade muito específicos (por exemplo, padrões ISO, rótulo Fair Trade, certificação orgânica, entre outros) necessários para garantir a qualidade dos produtos.

Todos os produtos verdes selecionados têm potencial para maiores níveis de transformação e adição de valor antes de serem exportados. Os processos de valor agregado envolvidos podem variar de habilidades artesanais a processos industriais, nos sectores informal e formal. Além disso, a criação de atividades de agregação de valor desses produtos verdes¹⁷ requer diversas tecnologias operando em conjunto. Portanto, pode haver interligações significativas entre empresas que empregam baixos níveis de tecnologia, predominantemente no sector informal, e aquelas que empregam tecnologias mais avançadas, predominantemente no sector formal (Da Silva, 2009). Os exemplos incluem a subcontratação de pescadores artesanais, pequenos agricultores para a produção de peixe e café e / ou o manuseio de subprodutos e resíduos de manufaturas de madeira para produção de carvão vegetal. Isto sugere relações potencialmente significativas e complexas entre diferentes formas de negócio e entre os sectores informal e formal em Angola, o que também pode ligar produtos verdes a outros sectores.

A coexistência dos sectores informal e formal é talvez uma das principais características distintivas dos produtos verdes, especialmente em Angola. Embora as contas nacionais da maioria dos países ignorem amplamente as atividades econômicas do sector informal, na maioria dos países de baixa renda - como Angola -, os produtos agrícolas informais continuam fortes (Sanches-Pereira et al., 2017). De fato, “informalidade” pode ser considerada a norma no sector agrícola nos PMDs, com empresas do sector formal compreendendo uma fração relativamente pequena do uso de matérias-primas agrícolas, pesqueiras e florestais, agregação de valor e emprego (Da Silva, 2009; UNCTAD, 2015a).

¹⁷ Os produtos de madeira são – em um grau menor – também apresentam essas características.

V. CONCLUSÃO

O governo angolano reconhece a necessidade de promover e acelerar o crescimento e a competitividade do país através da diversificação económica e redução da pobreza. Considerando que a agricultura emprega 70 por cento da população economicamente ativa, mas representa apenas 13 por cento do PIB angolano, o sector agrícola tem o potencial de ajudar o país a avançar a fase de reabilitação necessária diretamente para o estágio de desenvolvimento sustentável.

O sector agrícola cresceu 102 por cento entre 2008 e 2015 (ver Figura 6) e apenas cerca de um terço das terras aráveis de Angola foram cultivadas. O país certamente tem força de trabalho disponível, clima ideal e terra arável para expandir seus sectores pesqueiro e florestal. Embora alguns avanços tenham sido feitos nestas áreas, ainda há um longo caminho a percorrer para aliviar a dependência de Angola das importações de alimentos e produtos de madeira.

Neste contexto, este relatório de referência destacou três produtos verdes – madeira, peixe e café – que têm as suas cadeias de valor já existentes em Angola. Os resultados mostram que produtos verdes selecionados têm o potencial de gerar um impulso permanente no resultado económico de Angola; pois o fortalecimento da competitividade desses produtos através das exportações e através da expansão da cadeia de valor pode reduzir a exposição do país à volatilidade dos termos de troca relacionados ao sector petrolífero.

Por meio do NGER de Angola, os produtos verdes selecionados representam um importante facilitador para o desenvolvimento local ao trabalhar em estreita parceria com as partes interessadas locais para diversificar a economia e aumentar as capacidades locais (módulos de formação), a eficiência e a competitividade dos sectores verdes. Além disso, este documento de referência apresentou um panorama das principais questões relacionadas aos sectores verdes nacionais, com especial atenção no melhoramento do seu desempenho regulatório, institucional e comercial.

Por fim, é importante mencionar que os dados secundários disponíveis usados neste relatório de referência não possuem o nível de confiabilidade necessário para uma tomada de decisão confiável. Eles fornecem mais amplitude do que profundidade. No

entanto, os seus resultados disponibilizam um conjunto de dados que contém informações suficientes que refletem o contexto angolano e podem ser usados para orientar as discussões das partes interessadas nacionais e ajudar na conceção de cursos de formação para promover a economia verde local.

REFERÊNCIAS

- AfDB, 2017. Angola: Country Strategy Paper 2017-2021, Country Strategy Paper and Country Portfolio Performance Review. Abidjan.
- Bellachew, B., 2015. A Brief Account of Coffee Production in Angola: a quick assessment report. Africa.
- CEIC-UCAN, 2017. Apresentação do Relatório Económico de Angola 2016. Luanda.
- CFR, 2008. Angola's Political and Economic Development [WWW Document]. URL <https://www.cfr.org/backgrounder/angolas-political-and-economic-development> (accessed 7.10.17).
- CIFOR, 2017. Centre for International Forestry Research [WWW Document]. URL <http://www.cifor.org> (accessed 7.20.17).
- Da Silva, C.A. et al., 2009. Agro-industries for Development. The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), The United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) & CAB International, Oxfordshire. doi:10.1017/CBO9781107415324.004
- EU, 2017. Interim Agreement with a view to an Economic Partnership Agreement between, the European Community and its Member States, of the one part, and the SADC EPA States, of the other part [WWW Document]. Summ. Treaty. URL <http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=7904> (accessed 7.12.17).
- FAO, 2007. Fishery Country Profile: Angola, FAO Fishery Country Profiles. Rome.
- FAO, 2014. The state of world fisheries and aquaculture, Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. doi:92-5-105177-1
- FAO, 2017. Forestry sector in 2020 [WWW Document]. URL <http://www.fao.org/docrep/003/X6772E/X6772E04.htm> (accessed 7.20.17).
- GCP, 2016. African Coffee Sector: Case Study Angola. African Coffee Sect. addressing Natl. Invest. agendas a Cont. scale.

- Hamwey, R., Pacini, H., Assunção, L., 2013. Mapping Green Product Spaces of Nations. *J. Environ. Dev.* 22, 155–168. doi:10.1177/1070496513482837
- Hausmann, R., Hidalgo, C.A., Bustos, S., Coscia, M., Chung, S., Jimenez, J., Simoes, A., Yildirim, M.A., 2011. The Atlas of Economic Complexity: mapping path to prosperity. Center for International Development at Harvard University; Harvard Kennedy School; Macro Connections, MIT Media Lab., Cambridge.
- Hidalgo, C.A., Hausmann, R., 2009. The building blocks of economic complexity. *Proc. Natl. Acad. Sci. U. S. A.* 106, 10570–10575. doi:10.1073/pnas.0900943106
- ISO, 2017. ISO Survey [WWW Document]. ISO Surv. Certif. to Manag. Syst. Stand. - Full results. URL <https://www.iso.org/the-iso-survey.html> (accessed 7.3.17).
- ITA, 2016. 2016 Top Markets Report: Renewable Energy. Washington. doi:10.5817/CP2013
- ITA, 2017. Angola Country Commercial Guide [WWW Document]. URL <https://www.export.gov/article?id=Angola-Openness-to-Foreign-Investment> (accessed 7.13.17).
- ITC, 2017. Trade statistics for international business development [WWW Document]. Trade Map. URL <http://www.trademap.org/Index.aspx> (accessed 7.12.17).
- Muzima, J., Gallardo, G., 2017. African Economic Outlook 2017: Angola, African Economic Outlook 2017. Abidjan.
- OECD, 2001. Environmental Goods and Services: The Benefits of Further Global Trade Liberalisation, Trade and Environment. Paris.
- OECD, 2016. Promoting productivity and equality: a twin challenge, in: OECD Economic Outlook 2016. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Paris, pp. 59–84.
- Pickett - Baker, J., Ozaki, R., 2008. Pro - environmental products: marketing influence on consumer purchase decision. *J. Consum. Mark.* 25, 281–293. doi:10.1108/07363760810890516
- Republic of Angola, 2014. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2013-2017 [WWW Document]. URL <http://www.angola.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=1264>

(accessed 7.17.17).

- Sanches-Pereira, A., Onguglo, B., Pacini, H., Coelho, S.T., Gómez Galindo, M.F., Muwanga, M.K., 2017. Fostering local sustainable development in Tanzania by enhancing linkages between tourism and small-scale agriculture. *J. Clean. Prod.* 162, 1567–1581. doi:10.1016/j.jclepro.2017.06.164
- Sun, C., Chen, L., Han, L., Bass, S., 2008. *Global Forest Product Chains - Identifying challenges and opportunities for China through a global commodity chain sustainability analysis*. Winnipeg.
- Tefera, A., Tefera, T., 2013. *Ethiopia Coffee: Annual Report, Global Agricultural Information Network (GAIN) Report*. Addis Ababa.
- UNCTAD, 2011. *Integration of developing countries in global supply chains, including through adding value to their exports*, Trade and Development Commission. Geneva.
- UNCTAD, 2014. *The Least Developed Countries Report 2014*. Geneva.
- UNCTAD, 2015a. *The Least Developed Countries Report 2015*. Geneva.
- UNCTAD, 2015b. *The Continental Free Trade Area: making it work for Africa*. Geneva.
- UNCTAD, 2015c. *Investment Policy Framework for Sustainable Development*. Geneva.
- UNCTAD, 2016a. *The Least Developed Countries Report 2016*. Geneva.
- UNCTAD, 2016b. *Trade Policy Framework: Angola, Trade Negotiations and Commercial Diplomacy Branch*. Geneva.
- UNCTAD, 2017a. *Overview of the National Green Export Reviews, UNCTAD NGER Brief*. Geneva.
- UNCTAD, 2017b. *UN Comtrade Database [WWW Document]*. UN Trade Stat. URL <https://comtrade.un.org> (accessed 8.20.14).
- UNCTAD, 2017c. *UNCTADstats [WWW Document]*. URL <http://unctadstat.unctad.org/EN/> (accessed 7.12.17).
- UNDP, 2015. *Partnership Framework between the Government of Angola and the United Nations System (UNPAF) 2015-2019*. New York.
- Walmsley, B., Patel, S., 2011. *Handbook on environmental assessment legislation in the*

SADC. Development Bank of Southern Africa (DBSA) in collaboration with the Southern African Institute for Environmental Assessment (SAIEA), Pretoria.

WBG, 2014. People's Republic of Angola Angola Economic Update 2. Washington.

WBG, 2017a. Doing Business 2017: Equal Opportunity for All. Washington. doi:10.1596/978-1-4648-0948-4

WBG, 2017b. Overview: Angola [WWW Document]. Econ. Overv. URL <http://www.worldbank.org/en/country/angola/overview> (accessed 7.13.17).

WBG, 2017c. World Integrated Trade Solution (WITS) [WWW Document].

WTO, 2015. Trade Policy Review on Angola. Geneva.

ANEXO 1

Leis sectoriais que complementam a Legislação Ambiental de Angola.

Lei	Elementos principais	Autoridade Responsável
<i>Ato de Pesca, No. 20/92 de 14 de Agosto de 1992</i>	A lei regula a atividade pesqueira em águas marinhas e interiores. Estabelece o princípio de que os recursos pesqueiros são para uso público e estipula quotas consistentes com a conservação dos recursos marinhos, ajustadas de acordo com o potencial de pesca e a estação disponíveis. Regula a indústria pesqueira com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.	Ministério da Pesca
<i>Ato sobre recursos Biológicos e Aquáticos, No. 6-A/04 de 8 de Outubro de 2004</i>	Esta lei inovadora é muito abrangente e enfatiza a necessidade de políticas destinadas a preservar e regenerar recursos biológicos e aquáticos. É também um mecanismo para a harmonização de diferentes legislações sobre recursos marinhos, particularmente sobre atividades de pesca e aquacultura. O ministério deve ser consultado antes da implementação de qualquer projeto relativo à exploração de recursos naturais em águas interiores. A Lei considera um crime descarregar quaisquer objetos ou substâncias que possam causar sérios danos aos recursos biológicos. Afirma ainda que qualquer pessoa individual ou coletiva que cause danos ao meio ambiente tem que reparar o dano e indenizar o estado. A lei foi desenvolvida como parte das políticas do governo sobre proteção ambiental e uso sustentável de recursos naturais. Baseia-se na Constituição e na Lei de Bases do Ambiente. A Lei também considera instrumentos internacionais como a Lei do Mar das Nações Unidas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Pesca da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A lei considera os recursos biológicos e aquáticos como importantes fontes de alimento	Ministério da Pesca

	para a subsistência, atividades econômicas e recursos renováveis. Título I lida com disposições gerais; O Título II trata das medidas de proteção dos recursos biológicos e do meio marinho; O Título III concentra-se nos navios, nos procedimentos de processamento e na aquicultura; O Título IV elabora as instituições e serviços para o controle biológico dos recursos hídricos; Título V lida com responsabilidade; e o Título VI conclui com disposições finais e transitórias. A parte mais importante do Ato em relação à proteção ambiental é o Título II, que trata, em seus cinco capítulos, de medidas para a proteção dos recursos biológicos aquáticos e do meio ambiente marinho. Além disso, foi aprovada a legislação que autoriza a lei acima, com foco nas regras das concessões de pesca e licenciamento (Decreto No. 14/05 de maio de 2005).
<i>Decreto sobre Solos, Flora, e proteção da Fauna No. 40.040 de 1955</i> & <i>Vários decretos do período colonial</i>	A primeira legislação sobre conservação da natureza e o estabelecimento de áreas protegidas para diferentes finalidades (inicialmente para caça e posterior conservação da natureza) foi emitida em 20 de janeiro de 1955 através do Decreto nº 40.040 (publicado no Boletim Oficial em 9 de fevereiro de 1955). Este Decreto abrangia aspectos relacionados à proteção do solo, da fauna e da flora, conservação e uso de caça e ao estabelecimento de parques nacionais, reservas naturais e áreas de caça controladas. Foi pioneiro no estabelecimento do Conselho de Conservação da Natureza para controlar áreas protegidas e desenvolver legislação favorável. Essa legislação incluiu o Regulamento de Caça, o Decreto nº 2.873, de 11 de dezembro de 1957, o Regulamento Florestal, o Decreto nº 44.531 e o Regulamento de Parques Nacionais, Decreto nº 10.375, de 15 de outubro de 1958. Em seus anexos, o Decreto No. 40.040 incluía uma lista de espécies de mamíferos e aves cuja caça era considerada ilegal. O Decreto nº 43/77, de 5 de Maio de 1977, aprovou a estrutura do Ministério da Agricultura e definiu cinco categorias diferentes para áreas protegidas, nomeadamente parques nacionais, reservas naturais estritas, reservas parciais,

Ministério da Agricultura

	parques naturais regionais e reservas especiais. Esta diferenciação de categorias não inclui questões como o uso da vida selvagem na comunidade rural ou a conservação em locais históricos e monumentos importantes.	
<i>Código de Mineração, 23 de Setembro de 2011</i>	O Código de Mineração de 2011 revoga várias leis antigas relacionadas à mineração, como a Lei de Minas, No. 27 de 1979, a Lei de Atividades Geológicas e Minerais, No. 1 de 1992, e a Lei de Diamante, No. 16 de 1994. O novo Código de Mineração amalgamou essas (e outras leis) em um único conjunto de regulamentações, com a intenção de facilitar o acesso às leis aplicáveis e harmonizar, na medida do possível, as regras e procedimentos que se aplicam a atividades específicas. O Código aplica-se a todas as atividades de mineração (como prospecção, mineração e comercialização) que ocorrem em Angola e em todas as áreas marítimas sujeitas à jurisdição angolana. Não se aplica a hidrocarbonetos, seja na forma líquida ou gasosa. O Código prevê ainda que, em contrapartida da concessão de direitos mineiros, o Estado angolano terá direito a indemnização, na forma de uma participação não inferior a 10% na empresa que efectua as actividades e / ou atribuições em espécie dos minerais a serem extraídos. O Código contém regras específicas para atividades de mineração que envolvem minerais estratégicos. Ouro, diamantes e minerais radioativos são atualmente designados como minerais estratégicos, embora o Executivo angolano possa designar outros. Todos os recursos minerais que podem ser encontrados em Angola e dentro do limite marítimo de Angola são considerados propriedade do estado angolano. No entanto, os minerais explorados e extraídos pelos detentores de direitos minerários são de propriedade dessas partes, de acordo com os termos de sua concessão. Os direitos minerários podem ser concedidos para as seguintes atividades: a) Prospecção de minerais específicos; b) Mineração de minerais específicos; c) Prospecção e exploração de minerais para construção civil; e d) mineração artesanal.	Ministério de Geologia e Minas

	O Código de Mineração impõe várias obrigações aos detentores de direitos minerários em relação ao exercício de seus direitos. Estas incluem obrigações nas áreas de: a) Higiene, saúde, segurança e formação; b) proteção ambiental; c) Uso do solo; e d) Uso de explosivos.	
<i>Ato sobre o Planejamento do Uso da Terra e Desenvolvimento Urbano, No. 3/04 de 25 de Junho de 2004</i>	Após a independência, questões relativas ao planejamento do uso da terra e à gestão urbana não foram consideradas prioritárias em termos do desenvolvimento de nova legislação. A maior parte da legislação sobre esta questão foi herdada do período colonial e, portanto, está desatualizada e ineficiente. A legislação vigente sobre ordenamento do territórios, cidades e questões urbanas é fragmentada e não está alinhada com o progresso científico e tecnológico. Além disso, o crescimento das principais cidades, particularmente da urbanização nas áreas costeiras como resultado da guerra e da migração em busca de oportunidades urbanas, exacerbou os problemas na gestão das áreas urbanas, levando a cidades superlotadas e com infraestrutura em más condições. A falta de planos integrados e coordenados para responder ao crescente número de pessoas, associado ao desenvolvimento e crescimento ineficientes das cidades, motivou o desenvolvimento desta lei. A lei adota um conceito de planejamento integrado, que inclui aspectos socioeconômicos e tenta criar sinergias na relação entre a cidade e o campo. Ele exige o estabelecimento de um sistema descentralizado para coordenar o planejamento do uso da terra.	Ministério do Meio Ambiente & Ministério da Agricultura
<i>Lei da Terra, No. 9/04 de 9 de Novembro de 2004</i>	Esta Lei considera que a terra é propriedade do Estado e propõe os seguintes usos múltiplos para a terra: a) Um abrigo e casa para os habitantes de Angola, o que implica a existência de um sistema de planeamento urbano adequado; b) Uma fonte de recursos naturais que pode ser usada para mineração, agricultura, silvicultura e planejamento territorial; e c) Um apoio às atividades econômicas, agrícolas e industriais. A Lei de Terras contém vários aspectos relacionados ao meio ambiente, que são importantes para promover o desenvolvimento	Ministério do Meio Ambiente

	sustentável e o melhor uso do solo e dos recursos naturais. A lei refere-se a várias outras legislações ambientais, com ênfase especial na Lei de Bases do Meio Ambiente. Outras leis são usadas para apoiar mecanismos para a implementação e aplicação de certos Artigos e cláusulas da Lei de Terras. A lei apresenta duas classificações de terra: terra urbana (áreas para a construção de edifícios) e terra rural (áreas para agricultura, pecuária, silvicultura e mineração). O ministério que lida com o ordenamento do território e o meio ambiente é a instituição governamental que declara essas terras, com base em uma proposta de outras entidades governamentais que lidam com questões semelhantes. É o caso do estabelecimento de sistemas de mineração e petróleo e do sector industrial. O governo decide sobre o estabelecimento de áreas protegidas (reservas totais e parciais) para fins específicos, como proteção ambiental, segurança nacional, preservação de monumentos e locais históricos. Estas reservas incluem ambas as áreas costeiras (por exemplo, mar territorial, zona contígua, zona económica exclusiva, ilhas e estuários) e áreas terrestres (por exemplo, estradas, fronteiras internas, aeroportos e portos e bases militares).	
<i>Lei da Água, No. 6/02 de 21 de Junho de 2002</i>	Esta Lei estabelece as prioridades para o uso dos recursos hídricos superficiais em Angola. Permite que a Secretaria de Estado garanta a proteção ambiental e a conservação de áreas de proteção parcial. Ele fornece uma lista de princípios de gestão de recursos hídricos, particularmente a harmonização da política de gestão de recursos hídricos com o planeamento do uso da terra. A lei exige o desenvolvimento de um Plano Geral para o Desenvolvimento e Uso de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas. Além disso, observa que os recursos hídricos são propriedade do Estado. O Artigo 6 dá o direito ao órgão de Estado responsável pelos assuntos hídricos de assegurar a preservação e conservação das áreas de proteção parcial. A Lei da Água descreve vários princípios de gestão da água que o governo deve colocar em prática. Estes incluem: o direito de indivíduos e entidades de acesso a água; gestão Integrada dos recursos hídricos; coordenação institucional e participação da comunidade; a harmonização da política de gestão da água	Secretaria de Estado da Água no Ministério da Energia e da Água

	com o planeamento do uso da terra e as políticas ambientais; a água como recurso renovável para as pessoas; e a relação entre poluição e questões sociais e financeiras. Incentiva o desenvolvimento de uma nova política administrativa para o sector de recursos hídricos, que inclui um sistema descentralizado de controle sobre o uso da água, bem como para a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente. Na implementação de tal política, o governo pretende alcançar vários objectivos, nomeadamente assegurar o acesso aos recursos hídricos; garantir um equilíbrio contínuo entre a disponibilidade de recursos hídricos e a demanda; promover atividades de pesquisa e o uso sustentável dos recursos hídricos existentes; garantir sistemas de esgoto adequados; e regular a descarga de efluentes domésticos.	
<i>Lei de Águas Internas, Oceano e Zona Econômica Exclusiva, No. 21/92 de 28 de Agosto de 1992</i>	Esta lei regula o controle de águas e lagos internos. Também regula o uso de recursos naturais, a proteção do ambiente marinho, a promoção da pesquisa científica marinha e o uso de estruturas artificiais.	Secretaria de Estado da Água no Ministério da Energia e da Água
<i>Ato dos Governos Locais, No. 17/99 de 1999</i>	A lei estabelece que os governos locais são responsáveis pela promoção do desenvolvimento, saneamento básico, proteção ambiental e gestão da terra.	Autoridades locais e provinciais
<i>Ato de Investimento Externo, No. 15/94 de 23 de Setembro de 1994</i>	A lei desempenha um papel importante na criação de mecanismos para fazer cumprir as normas sobre proteção ambiental, saneamento e proteção e segurança dos trabalhadores contra doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.	Ministério do Planeamento